



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 36 - Nº 713 - DE 21 DE ABRIL A 4 DE MAIO DE 2024 - R\$ 5,00

## Perigos de guerra entre o Estado sionista de Israel e o Irã

Somente a classe operária, organizada e em luta com  
o programa da revolução social pode enfrentar as  
tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo

**Por um 1º de Maio operário,  
socialista e internacionalista**

**Toda força às greves do funcionalismo  
e das universidades federais**

**153** anos da  
**Comuna de Paris**

**18 de março a 28 de maio de 1871**

**Memória eterna aos combatentes  
da Comuna de Paris**



## **Somente a classe operária, organizada e em luta com o programa da revolução social, pode enfrentar as tendências bélicas encarnadas pelo imperialismo**

A resposta do Irã a Israel pelo ataque a sua embaixada em Damasco e pela morte de onze militares indicou o quanto o Oriente Médio se encontra envolvido na guerra promovida pelo governo sionista na Faixa de Gaza. O envio de drones e o ataque com uns poucos mísseis representou um ensaio do que poderá ocorrer se Israel continuar a esmagar os palestinos e a bombardear alvos na Síria, Líbano e Iraque. A demonstração do governo iraniano veio mais no sentido de que não pretende iniciar uma guerra com Israel, embora tenha sido declarada com o bombardeio em Damasco. É do interesse do Estado sionista deflagrar um confronto aberto com o Irã.

Há muito os Estados Unidos e Israel almejam destruir o programa nuclear do Irã. O monopólio do arsenal atômico deve pertencer a Israel. Somente não realizaram um ataque aos reatores atômicos iranianos devido a cálculos sobre os perigos de uma eclosão da guerra no Oriente Médio e dos desequilíbrios internacionais agravados nas últimas décadas do pós Segunda Guerra Mundial.

Os Estados Unidos se tornaram o grande adversário do Irã desde a revolução nacionalista de 1979. As guerras na região, a partir daí, foram provocadas e alimentadas pelo intervencionismo do imperialismo norte-americano. É necessário lembrar a loucura da guerra entre o Iraque e o Irã, a guerra no Golfo Pérsico, a guerra dos Estados Unidos no Iraque e a guerra na Síria. Com as guerras anteriores entre Israel e países árabes, compõem-se o quadro mais geral de conflagrações recorrentes no Oriente Médio após a Segunda Guerra Mundial e a nova partilha do mundo pelas potências imperialistas vencedoras. Foram decisivas as vitórias do Estado sionista e dos Estados Unidos sobre a resistência árabe à colonização da Palestina. Marcaram o declínio e o fracasso do nacionalismo da feudal burguesia árabe encabeçado pelo Egito.

Nesse marco, o imperialismo promoveu novos realinhamentos em torno ao eixo do reconhecimento do Estado sionista e do fim das hostilidades que se potenciaram desde 1947 e 1948. Equacionaram-se os interesses comerciais e petrolíferos de parte significativa da feudal burguesia árabe, procurando torná-los compatíveis com o expansionismo sionista na Palestina. Fez parte desse processo ditado pelos Estados Unidos os Acordos de Oslo. No entanto, a questão do direito à autodeterminação do povo palestino permaneceu como um fator contraposto aos alinhamentos administrados pelo Estados Unidos e sua aliança imperialista.

A ex-União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), que apoiou e chegou a ter influência sobre o movimento nacionalista pan-arábico, não poderia fazer frente ao imperialismo, uma vez que Stalin colaborou com as potências para realizar a nova partilha após a Segunda Guerra, fez parte da criação do Estado sionista e ajudou a liquidar os movimentos revolucionários em nome da farsesca coexistência pacífica.

O nacionalismo árabe chegou ao auge ao nacionalizar o Canal de Suez sob o governo egípcio de Nasser. Essa medida anti-imperialista e de independência nacional não poderia se sustentar sobre a base do nacionalismo burguês. Sem que o incipiente proletariado e a maioria oprimida transformassem as tarefas democráticas em parte da revolução social, era questão de tempo para o imperialismo se impor e retroceder a conquistas nacionais.

O imperialismo inglês e francês cedeu passagem ao imperialismo norte-americano, que se tornou muito mais potente com os resultados econômicos e militares da Segunda Guerra. O trinco do Estado sionista – uma variante do nacionalismo imperialista – aprofundou as contradições no Oriente Médio. Os alinhamentos pró-sionismo, que foram se impondo nas condições de guerras recorrentes, passaram a refletir e a compor, em uma magnitude ainda maior, a retomada da crise mundial.

O nacionalismo iraniano e o que restou do nacionalismo árabe estão em contradição com o expansionismo sionista na Faixa de Gaza e com a adaptação dos países que têm servido à geopolítica dos Estados Unidos. A resistência do Hamas – distinguindo-se e se opondo à subserviência da Autoridade Palestina, que levou a Cisjordânia a se manter semi-anexada por Israel – conflui com as forças nacionalistas que resistem ao controle da nação oprimida pelos Estados Unidos e aliados europeus.

O pilar desse movimento é o Irã, que conseguiu arrancar o Iêmen da órbita da feudal burguesia saudita e que voltou a ter influência sobre o Iraque. A Síria se encontra debilitada pela longa e destrutiva guerra, como também o Iraque, cuja reconstrução se acha sob a égide norte-americana. O Líbano é frágil economicamente e continua dividido pelas forças que protagonizaram a guerra civil. O nacionalismo iraniano e o cerco econômico montado pelas sanções ditadas pelos Estados Unidos aproximaram o Irã da Rússia e da China.

A guerra na Ucrânia apresenta similaridades com o que ocorre no Oriente Médio. É o que se verifica com o cerco da OTAN e as sanções econômicas por que passa a Rússia. Embora de forma menos clara, as similaridades com a China vêm se tornando mais visíveis.

A guerra comercial decretada pelos Estados Unidos resulta em ações políticas que se manifestam no Oriente Médio. A aproximação da Arábia Saudita com o Irã sob a mediação da China contraria a posição norte-americana-israelita de isolar esse adversário capaz de estabelecer alinhamentos nacionalistas. Os Estados Unidos decretaram novas sanções contra o Irã, procurando retardar sua indústria militar. A União Europeia, como tem sido a regra, acompanha o carro-chefe do imperialismo.

O bombardeio na cidade de Isfahan no Irã pelas forças de Israel, como resposta prometida por Netanyahu, ainda está para se saber a extensão. Não parece ser do interesse do governo Biden, que enfrenta Trump em uma disputa eleitoral polarizada, ter de recorrer à guerra contra o regime iraniano. Os Estados Unidos vetaram a incorporação dos palestinos na ONU. Querem que a guerra vá às últimas consequências. A guerra na Ucrânia adentrou ao terceiro ano e Zelensky depende desesperadamente da retomada da ajuda militar em grande escala. A reunião do G7 emitiu um recado à China para que cesse a ajuda à Rússia, que está obrigada a manter ativa a indústria bélica. E os europeus prometeram reequipar a Ucrânia. Essa movimentação indica que o ritmo das confrontações se acelera e empurra as forças em choque para ampliação do horizonte bélico.

É sintomático que a decomposição mundial do capitalismo arraste a América Latina. Os conflitos internos ao Continente têm crescido e se agravado. O pedido de Milei para que a OTAN estude um acordo que torne a Argentina em um “parceiro mundial” é um apelo à corrida armamentista. De conjunto, a maior probabilidade é crescer a escalada bélica. O que traz o espectro da situação de pré guerra mundial.

A classe operária se acha em atraso diante da necessidade de lutar contra a ofensiva militarista do imperialismo. Isso se deve aos retrocessos nas conquistas dos explorados, desde os anos de 1980, em todo o mundo. As grandes manifestações em defesa dos palestinos sofreram um recuo, que pode ser momentâneo. Emerge nesse marco catastrófico a crise de direção. Objetivamente, está posta a retomada dos combates das massas no terreno de uma frente única anti-imperialista que conduza a luta de classes ao programa da revolução social. Não há outra via para reconstruir os partidos marxista-leninista-trotskyistas e reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, senão ajudando a classe operária e as nações oprimidas a identificarem o imperialismo como o grande obstáculo no caminho da retomada da transição do capitalismo ao socialismo, iniciado com a Revolução de Outubro de 1917 e a constituição da URSS.

# Capital financeiro não gostou

A revisão do superávit fiscal de 0,5% do PIB para 0%, previsto para 2024, mereceu ampla reprovação dos capitalistas. Avaliaram que o “arcabouço fiscal, que substituiu o “teto de gastos”, adotado no governo de Michel Temer, fracassou. Na realidade, não foi novidade, uma vez que as discussões, desde o início do governo Lula, havia a previsão de que a meta era inalcançável, se não houvesse um brutal ajuste fiscal. Ou seja, o governo teria de assumir um orçamento de gasto mínimo. Mas, se assim o fizesse, o novo presidente empurraria a economia para a recessão, quando o país começava a se reabilitar da queda sofrida durante a pandemia.

A burguesia e o imperialismo tinham ciência de que Lula foi eleito com a promessa de reativar a indústria, recuperar os empregos e os salários; diminuir a miséria e a fome; e dar esperança de prosperidade à classe média. Não se lançaria, portanto, a um rigoroso ajuste fiscal, como dita a cartilha do capital financeiro. Como o governo Lula emergiu de uma grave crise política, marcada pela perigosa divisão interburguesa, até hoje não debelada, o Congresso Nacional lhe fez a concessão de substituir o “teto de gastos”, que havia perdido vigência devido aos altos dispêndios no final do governo Bolsonaro, pelo “arcabouço fiscal”.

O ministro da Economia, Fernando Haddad, concordou em arrolhar o orçamento e obter um superávit que folgaria o Tesouro Nacional e, portanto, estabilizaria a dívida pública. Em meio a esse processo de transição do governo de ultradireita para o de centro-direita, montado na forma de “frente ampla”, negociou-se a “reforma tributária”, que ainda aguarda uma regulamentação, que não será fácil de alcançar devido aos interesses conflitantes dos distintos setores da economia. Essa reforma foi considerada a porta para um novo ciclo econômico. Ainda está por se testar suas virtudes salvadoras, que são duvidosas para setores da própria burguesia.

Os críticos do governo que se arvoram de nacional-reformista se concentram no ponto central da política econômica, que é o da sustentabilidade e estabilização da dívida pública. A fórmula não é complicada: gastar o mínimo necessário e economizar para pagar a gigantesca carga de juros, regida pela Selic, determinada pelo Banco Central. Ocorre que, no ano transcorrido, houve um acréscimo de R\$ 1 trilhão na dívida bruta, que passou a corresponder a 77,5% do PIB. A carga de juros atingiu o estratosférico número de R\$ 607,7 bilhões. Bancos, fundos e investidores estrangeiros ficaram com a maior parte. Estima-se que em 2024 a dívida ultrapassará os 80% do PIB.

O Banco Central argumenta que não pode diminuir a taxa Selic – hoje, 10,75% – porque não há superávit fiscal, permanece as pressões inflacionárias e a taxa de juro nos Estados Unidos continua alta. Sendo assim, o governo tem de cortar gastos. Não pode taxar as grandes fortunas. E não consegue diminuir sensivelmente os subsídios, como os da desoneração da folha de pagamento, que, aliás, foi implantada no governo petista de Dilma Rousseff. Essa pendência está em andamento no Congresso Nacional, mas está claro que Haddad não vencerá.

Lula se acha nas mãos dos partidos que formam o “Centrão” e as bancadas que expressam frações da oligarquia. Não se espera que o crescimento econômico alcance os 2,9% de 2023. Esse número positivo tem como antecedente a retração que veio da pandemia. A queda da alta taxa de desemprego não prosseguirá. E as condições de contratação se agravarão com a informalidade e ter-

ceirização. Aumenta a pressão para que Lula aceite que o Congresso Nacional tire da gaveta a reforma administrativa (contrarreforma), voltada a diminuir os gastos com o funcionalismo federal e, evidentemente, com o das demais esferas da federação.

O reajuste previsto para o salário mínimo é de 6,37%, em termos absolutos passará de R\$ 1.412 para R\$ 1.502. Trata-se de um salário de miséria. Mesmo assim, os defensores do superávit fiscal e da inviolabilidade da dívida pública fizeram os cálculos para indicar que será preciso uma nova contrarreforma da Previdência. Atacaram o governo como sendo gastador, quando deveria economizar com cortes orçamentários, que certamente atingiriam mais duramente o orçamento da saúde, educação, auxílios assistenciais etc.

As críticas de Lula/Haddad ao presidente do Banco Central pelas altas taxas de juros expõe as debilidades do governo. O reconhecimento de que o governo não poderá cumprir o superávit de 0,5% do PIB, mas que não promoverão déficit, tão somente evidencia a submissão aos controladores da dívida pública e seus protetores mais inflexíveis que controlam o Congresso Nacional.

O fato é que a dívida bruta de 77,5% do PIB se levanta como uma muralha ao crescimento econômico, que, na maior parte das últimas décadas, oscila entre estagnação e fraco impulso. Prevalence o parasitismo financeiro. O Estado não tem margem para intervir em favor das forças produtivas e se acha na condição de refém do capital parasitário. A política econômica, seja qual for a variante governamental, se condiciona a essa relação paralisante e desintegradora do país.

Lula foi eleito com os pés amarrados e uma das mãos amputada pelo grande capital, cujo poder vem se manifestando no Congresso oligárquico, na “autonomia” do Banco Central e nos ditames do imperialismo. Mas, o fator fundamental dessa equação anti-nacional e antipopular se encontra nas direções sindicais e nas dos movimentos que servem à política de conciliação de classes do PT e ao carisma de Lula.

Não somente aceitam como agem em

favor da manutenção do parasitismo financeiro, que os explorados não conseguem identificar a não ser em meio à luta pelo seu programa próprio de reivindicações. As direções mantêm os sindicatos amarrados à política econômica que, de um lado, descarrega a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida e, de outro, protege o grande capital.

Dessa situação econômica, política e social, cresce a necessidade de pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo de Lula. A bandeira de cancelamento e não pagamento da dívida pública se vincula à defesa de um programa de reivindicações que tenha os empregos, salários e direitos trabalhistas em sua base. É dever elementar denunciar a política econômica de Lula como uma peça da engrenagem movida pelo grande capital e, em particular, pelo capital parasitário. Nesse sentido, trata-se de rechaçar o salário mínimo de fome e defender o salário mínimo vital.

Essa linha traçada pela oposição revolucionária separa as organizações dos explorados das organizações da burguesia, cuja expressão mais elevada é o Estado e o governo burguês de plantão. O objetivo estratégico da oposição revolucionária é o de lutar pelo poder com os métodos da luta de classes, constituir um governo operário e camponês que exerça a ditadura do proletariado e expropriar o grande capital transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

***(...) cresce a necessidade de pôr em pé uma oposição revolucionária ao governo de Lula. A bandeira de cancelamento e não pagamento da dívida pública se vincula à defesa de um programa de reivindicações que tenha os empregos, salários e direitos trabalhistas em sua base. É dever elementar denunciar a política econômica de Lula como uma peça da engrenagem movida pelo grande capital e, em particular, pelo capital parasitário.***

# Greve da Educação federal se choca com a política econômica de Lula

Depois da decretação da greve pelos técnico-administrativos federais, chegou a vez dos professores. O descontentamento é generalizado e cresceu sob o governo de Bolsonaro. Os salários perderam poder de compra, o financiamento estatal sofreu cortes brutais e as condições gerais da educação se degradaram.

Embora o processo de sucateamento do ensino superior seja longo, a última greve geral ocorreu em 2015. A retomada do movimento nacional docente das federais indica que a direção do Andes não teve como conter o descontentamento das bases e se viu obrigada a convocar a paralisação. Nota-se que as direções regionais nos vários estados também se viram pressionadas. O caso de Pernambuco é emblemático. A direção burocrática (PCdoB) procurou evitar a aprovação da greve em uma assembleia radicalizada, impôs a forma bastarda de um plebiscito e foi derrotada na consulta.

Esse processo alerta para o fato de que a greve se realiza em choque com a orientação conciliadora, burocrática e antigreve da maior parte das direções regionais e da própria direção nacional controlada pelo PT, PSOL e PCdoB. Por outro lado, a oposição sindical se acha dividida e fragilizada. Tem, porém, a seu favor a disposição de luta das bases. Dependerá de sua unidade, firmeza política e disposição de enfrentar as direções conciliadoras, formadas por tendências conservadoras e profundamente adaptadas à estrutura de poder nas universidades, que emana do Estado e reflete o governismo.

É fundamental para o movimento a unidade do movimento docente com o dos técnico-administrativos. Esse é um grande problema político a ser enfrentado pela oposição que é heterogênea e que guarda traços do sindicalismo burocrático. Está colocada a constituição imediata de um comitê unificado de greve, convocação de assembleias conjuntas e aprovação de um plano de mobilização que dê coesão e capacidade de enfrentar as pressões políticas e repressivas do governo, dos reitores e da ala reacionária, ainda que minoritária, de funcionários e professores.

Os estudantes são aliados da luta unificada, mas é preciso superar a apatia e a falta de compromisso das direções com a defesa do ensino público. São direções majoritariamente formadas em torno à política reformista, governista e oportunista do PT, PCdoB e PSOL, fundamentalmente.

A reivindicação de reajuste salarial de 22%, a ser pago em três parcelas de 7,06%, de 2024 a 2026, é mínima. Os funcionários exigem 34%, que também seriam divididos. Esse formato não recompõe as perdas passadas e as parcelas são pouco acima da inflação. De forma que a greve se iniciou com uma concessão ao governo e uma desvantagem ao movimento. A direção burocrática mostrou a Lula e ao seu ministro da Educação, Camilo Santana, que não havia como conter as tendências grevistas. O ministro, no entanto, não aceitou os termos propostos e fixou posição contra qualquer reajuste. Com objetivo de chantagear o movimento grevista, o governo passou a condicionar a concessão do aumento nos auxílios alimentação, saúde e creche, que já havia sido anunciada para maio, a um termo de compromisso. O termo inicialmente previa uma cláusula antissindical de suspensão da negociação em caso



de greve, mas acabou recuando. Manteve, porém, a condição de jogar a negociação do reajuste para as mesas específicas, para quebrar a unidade do funcionalismo e se valer do corporativismo das direções.

O governo Lula, na voz de Camilo, condenou a greve, dizendo que “o prejuízo é para o Brasil e para os alunos”. Disse o que diria Temer, Bolsonaro ou qualquer outro governo burguês. Não surpreendeu aos que

estão atentos e alertas diante da demagogia social de Lula, uma vez que o governo petista vem mantendo as contrarreformas dos governos anteriores, golpistas e direitistas, como a trabalhista, previdenciária e do ensino médio. A aristocracia estatal – judiciário, legislativo e militar – tem mantido e ampliado os seus privilégios. A esmagadora maioria do funcionalismo paga pela crise econômica e pelas medidas de proteção à classe capitalista, e, em particular, ao grande capital.

O ensino em geral vem sofrendo com a contenção de verbas e com o avanço da mercantilização impulsionada pelo empresariado da educação. As amplas mudanças provocadas pela expansão do ensino a distância têm resultado em consequências devastadoras para o ensino. Afastam ainda mais a aprendizagem da produção social e ampliam o fosso entre a teoria e a prática. As escolas e universidades continuam desguarnecidas da alta tecnologia para o desenvolvimento do ensino presencial e vêm cedendo lugar ao ensino à distância. A descaracterização do trabalho intelectual e da aprendizagem científica ganhou terreno. Os governos seguem o ritmo imposto pelos capitalistas que ganham com o ensino privado e com os meios tecnológicos da informatização.

A desvalorização da força de trabalho empregada no ensino constitui um dos fatores mais significativos para a decomposição do sistema educacional. A destruição progressiva do ensino presencial, por sua vez, favorece a pulverização do trabalho docente que muda e perde a substância social da educação, que é a do conhecimento como necessidade prática e como expressão das contradições e das transformações que se manifestam nas relações capitalistas de produção. Certamente, trata-se de uma desvalorização da força de trabalho que atinge de forma geral a maioria dos trabalhadores.

A reforma administrativa que está pronta para ser ativada espera pelas condições políticas para sair da gaveta da Câmara de Deputados. Assim se passou com as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. O governo do PT tem de se ajustar aos interesses gerais da burguesia e atender a determinados interesses particulares, como é o caso do enfraquecimento do ensino universitário público e fortalecimento do privado.

Camilo Santana foi orientado pela área econômica a não ceder às reivindicações dos grevistas. Se conseguir derrotá-la, terá um trunfo para mostrar aos banqueiros que leva a sério o arcabouço fiscal. Lula está sob pressão dos credores da dívida pública para que concretize o acordo em torno ao superávit primário, sem o qual não tem como conter a alta do endividamento, manter os bilionários subsídio aos capitalistas e canalizar recursos de acordo como os interesses das oligarquias regionais. O orçamento da educação, saúde e assistencialismo tem de consumir menos recursos.

O crescimento econômico foi raquítico no ano passado e continuará sendo nos próximos anos, segundo previsão do próprio governo e do FMI. Impera há décadas a tendência à estagnação. Se o governo não tem força para cobrar das corporações e do capital financeiro, deverá ter para sacrificar a classe operária e os demais explorados. Essa é a regra geral da governabilidade burguesa. Não há espaço para Lula repetir o assistencialismo de seus dois mandatos anteriores e ocultar sua face de operador da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida.

Os impasses na economia brasileira refratam a decomposição do capitalismo mundial. Em toda a parte, a superprodução, o excesso de endividamento dos Estados nacionais e a guerra comercial em ritmo mais veloz se chocam com as necessidades mais elementares das massas e precipitam crises sucessivas. É nessas condições que a greve por uma simples reposição salarial, que não resulta em ganho real, traz à tona a decadência do ensino em todos os níveis e, em particular, no nível superior.

A burocracia sindical fez a concessão ao governo de propor um reajuste a retalho. Na mesa de “negociação” aceitou reduzir pela metade a reivindicação inicial de 39,92% a 53,17% de reposição (conforme os acordos de greves). Se fosse atendida, não modificaria a grave condição que chegou à depreciação da força de trabalho. Além das perdas inflacionárias, que se acumulam desde 2010, insuficientemente repostas nos acordos de greve em 2012 e 2015, a reforma previdenciária ampliou a alíquota descontada, estendendo-a também para os professores aposentados.

O estrangulamento financeiro das universidades está insuportável. O orçamento discricionário aprovado em 2024 corresponde a 39,74% do que era o de 2013, considerando a inflação do período. Seriam necessários mais 8,8 bilhões para que o orçamento atual, de apenas 5,8 bilhões, se equiparasse ao de 2013. Somado aos impactos da reforma trabalhista na vida das famílias trabalhadoras, esse quadro tem tornado a permanência estudantil cada vez mais difícil. A evasão é altíssima, seja pela ausência de moradia e alimentação adequadas, seja pela baixa expectativa em se conseguir um emprego na área de formação. Eis por que objetivamente a greve de professores e funcionários confronta as diretrizes econômicas do governo Lula, que cumpre plantão a serviço dos interesses da burguesia.

Está posto aos trabalhadores da educação a urgente tarefa de compreender as profundas e amplas implicações que emergem com a greve. A sua direção tudo fará para não colidir com o governo que se posa de progressista e nacional-reformista em referência ao governo de ultradireita, reacionário, exercido por Bolsonaro.

Esse é o problema político que expõe a necessidade de a greve se colocar no campo da independência classista. O que exige re-

chaçar a posição do governo que está pela defesa do sistema privado da educação, dos credores da dívida pública e dos interesses gerais da oligarquia burguesa.

O movimento tem também em sua pauta importantes bandeiras capazes de unificar o funcionalismo e demais trabalhadores, reivindica a revogação das contrarreformas, do novo ensino médio e a derrubada da reforma administrativa. É preciso não se limitar ao objetivo imediato que se concentra na reivindicação salarial e não se isolar dos grandes problemas da educação que emergem nos marcos do capitalismo em decomposição. A defesa de um sistema único de ensino público, gratuito e controlado por quem estuda e trabalha é fundamental para a luta não só dos professores e funcionários, mas também, sobretudo, é estratégica para o programa da classe operária que luta pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

O combate à desvalorização da força de trabalho e à degeneração do sistema público de educação implica enfrentar o governo que serve aos credores da dívida pública e que impulsiona ou que sustenta a mercantilização do ensino. Está posto para o movimento levantar as bandeiras que rompem os limites do corporativismo sindical, vinculando a defesa dos salários com o programa de defesa do sistema único de ensino público e gratuito, da democracia universitária e da interrelação entre a teoria e a prática. A defesa do financiamento integralmente estatal da Universidade pública, conforme o orçamento calculado pela Assembleia Geral Universitária. O papel da burocracia universitária de intimidar o movimento deve ser respondido com a convocação das assembleias gerais universitárias. A tendência do momento é a adesão dos estudantes à greve, apesar das direções governistas da UNE.

Que o governo Lula atenda imediatamente o reajuste de uma só vez. Que deixe de pagar os juros da dívida pública e atenda às necessidades dos explorados! Que educação, saúde e moradia sejam prioridades número um! Que revogue as contrarreformas antinacionais e antipopulares!

É imperativo unificar imediatamente a greve dos funcionários e dos professores. Estabelecer a democracia das assembleias presenciais. Organizar os comitês de base em todos os estados. Pôr em pé uma direção única das greves por meio de um comitê unificado. Exigir que as organizações estudantis rompam a passividade e enfrentem os bloqueios governistas. Unir todas as forças sociais da educação voltada à defesa das necessidades mais prementes e gerais dos explorados.

Viva a greve dos professores e técnico-administrativos federais! Todo apoio à organização independe dos trabalhadores diante do governo e da burguesia!

## A resposta do governo Lula ao “Abril Vermelho”

Há alguns anos, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) realiza o “Abril Vermelho”, com ocupações de terras e homenagens aos 21 camponeses assassinados em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996.

O MST, que trabalhou pela vitória de Lula desde 2002, se engajou na defesa do programa de reforma agrária do PT. Lula logo no seu primeiro mandato apresentou o seu programa agrário como solução aos conflitos do campo. Trata-se de um programa assentado no princípio da Constituição, que estabelece a inviolabilidade do direito à propriedade privada. Assim, a reforma agrária seria pacífica e dentro da lei, da institucionalidade, sem se chocar com os interesses dos latifundiários. Para o MST, Lula prometeu ampliar os assentamentos iniciados no governo de Fernando Henrique Cardoso. Em poucos meses de governo, tudo veio abaixo, porque

não havia recursos para cumprir a promessa dos assentamentos, responsabilizando FHC pela herança. Isso por que o orçamento estava comprometido com alto endividamento do país.

O governo Lula não conseguiu punir exemplarmente os mandantes do massacre de Eldorado dos Carajás, como havia prometido. Mas por oito anos, a direção do MST jogou um papel de conter as ocupações de terras, apesar dos assassinatos, do crescimento da repressão no campo e da pressão dos camponeses que exigiam os assentamentos. Durante o governo Dilma, o número de assentamentos foi extremamente reduzido. No entanto, mesmo com o fracasso do programa de reforma agrária do PT, o MST continuou alimentando ilusões na possibilidade de democratizar o acesso à terra, pela via dos assentamentos, e de eliminar as leis que impediam e criminalizavam as ocupações de terra.



Faz parte da história do MST a criação do “Abril Vermelho” em resposta à chacina de Eldorado dos Carajás. Trata-se de uma jornada de ocupações, que visam pressionar os governos a acelerar suas metas de assentamentos. As direções do MST jogaram e jogam um papel importante para a governabilidade do PT ao convencer as massas camponesas pobres de que a reforma agrária se resume aos limitados assentamentos e recursos econômicos para a permanência das famílias no campo. Cabendo, assim, aos sem-terra a tarefa de eleger “governos democrático-populares” e pressioná-los para que cumpram seu programa de reforma agrária.

Logo que Lula foi eleito para seu terceiro mandato, o MST, pressionado pelos acampados, iniciou uma série de ocupações. De janeiro a abril de 2023, totalizaram 33 ocupações. Tal ofensiva causou atritos no interior do governo. O ponto alto foi a ocupação em uma área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Pernambuco, e da empresa de celulose Suzano. Setores da burguesia exigiram uma ação imediata de Lula para conter os sem-terra. Ministros petista, como Alexandre Padilha, chegaram a condenar publicamente a ação do MST. O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o petista Paulo Teixeira, condicionou a negociação com as lideranças do movimento à desocupação das propriedades. No Congresso Nacional, a direita e a ultradireita armaram uma CPI para condenar o MST. Diante dessa situação e da enorme campanha da imprensa contra as ocupações, coube à direção do MST acalmar os ânimos dos sem-terra e retomar a sua política de conciliação de classes com o governo petista.

Agora, no “Abril Vermelho”, no terceiro mandato do governo Lula, o MST realizou a “Jornada de Lutas em Defesa da Reforma Agrária”, por meio da bandeira “Ocupar para o Brasil Alimentar”, com duração de 15 a 19 de abril. Foram 24 ocupações de terra em 11 estados, em boa parte reprimidos pelas forças policiais, a mando de governos ultradireitistas como Ronaldo Caiado, em Goiás e Tarcísio de Freitas, em São Paulo.

Segundo um dirigente do MST, a Jornada visa sensibilizar a população da justiça da reforma agrária, denunciar a violência no campo e, em particular, exigir uma resposta do governo, “dentro da institucionalidade”, diante da repressão desfechada pelas milícias rurais, conhecidas como “invasão zero”. Enfatizou que o Estado pode criar mecanismos, respeitando as leis, para adquirir terras, desapropriá-las por interesse social, ou comprá-las dos proprietários. Em suas palavras; “O Estado tem a prerrogativa de resolver isso dentro da institucionalidade”, objetivando assentar os sem-terra. Mostrou que o MST hoje é visto como um movimento voltado a produzir alimentos e desenvolver a produção agroecológica e não como “invasores de terras”.

Na carta, divulgada no início da Jornada, o MST diz: “Lutamos, porque 105 mil famílias estão acampadas e exigimos que o governo federal cumpra o artigo 184 da Constituição, desapropriar latifúndios improdutivos e democratize o acesso à terra, assentando todas as famílias que querem trabalhar e produzir alimentos para o povo”.

Em entrevista, um dos dirigentes, João Paulo Rodrigues, disse que o ministro da Fazenda, Haddad, teria se comprometido em conseguir mais terras para assentamentos, o que poderia ser realizado utilizando a negociação com os fazendeiros que são devedores da União, em vez de pagar a dívida com dinheiro poderiam pagar com terras.

Como vimos, a Carta do MST reproduz a orientação que vem desde a sua origem. Ou seja, realizar uma reforma agrária respeitando o direito à propriedade privada, a Constituição e os trâmites da legalidade burguesa. O que torna o movimento dos sem-terra, apesar das ocupações, dos enfrentamentos com a repressão policial e com as milícias dos fazendeiros, refém dessa orientação do nacional-reformismo, que é burguesa. Sem romper com essa orientação, o MST não pôde e não poderá dar um passo no sentido de pôr em prática o acesso de milhares de camponeses à terra.

## “Programa Terra da Gente”

Em meio às ações dos sem-terra, Lula realizou uma cerimônia para divulgar o “Programa Terra da Gente”, com a presença de dirigentes do MST e ministros do governo. Trata-se de um conjunto de mecanismos para ampliar os assentamentos. Nomeia possíveis áreas para os assentamentos, que chamou de “prateleiras de terras” e estabeleceu o prazo de três anos para o cumprimento de assentar 74 mil famílias e regularizar 221 lotes já existentes. Como se vê, o Programa prevê o assentamento de uma parte dos acampados. Certamente, a depender de recursos e aceitação dos latifundiários. Mesmo nessas condições, a direção do MST compareceu à solenidade, apoiando o Programa do governo Lula.

Segundo o Programa, serão utilizadas as terras que já estão sob o domínio do Incra, que estão em processo de aquisição, que são frutos de pagamento de grandes dívidas, propriedades avaliadas pelo Incra que não cumprem a função social da terra, áreas que estão nas mãos de bancos públicos, propriedades oriundas de dívidas estaduais, de doação etc.

Como se vê, o Programa de Lula não diz respeito à expropriação de terras. Visa comprar terras e utilizar as que são públicas. As “prateleiras de terras” nada mais são do que uma promessa de distribuir parte das terras que se encontram há muito tempo em poder do Estado, portanto, nas “prateleiras”. A Frente Parlamentar da Agricultura reagiu às ocupações do “Abril Vermelho” e ameaça retomar as medidas que criminalizam o MST, anunciadas na CPI. É um indicador de que a questão da terra se coloca no terreno da luta de classes: de um lado, os latifundiários e os agroindustriais, de outro, camponeses e indígenas. A tentativa do governo Lula de compatibilizar os interesses da oligarquia agrária com as necessidades das massas camponesas enfraquece o MST e fortalece a Frente Parlamentar da Agricultura.

O POR reafirma que nenhum governo burguês, o que inclui o governo nacional-reformista de Lula, poderá levar a cabo a tarefa democrática da reforma agrária. Sem o rompimento com a política de conciliação de classes das direções do movimento camponês não será possível defender verdadeiramente o acesso à terra aos camponeses pobres.

## Em defesa do programa da revolução agrária

Nas últimas décadas, retomou-se o fortalecimento da oligarquia agrária com a expansão da agroexportação. Avançaram as formas mais elevadas de produção tecnificada, ou seja, da agroindústria. Pequenos e médios produtores tiveram de ceder lugar à grande produção. Essa transformação, no entanto, não superou os velhos condicionamentos da estrutura latifundiária. Ao contrário, ressaltou ainda mais o desenvolvimento desigual e combinado da economia semicolonial. Uma massa de camponeses continua vinculada à pequena produção, ao lado de uma parcela de sem-terra e de operários agrícolas. As 105 mil famílias acampadas à espera de assentamentos constituem uma pequena fração do campesinato. O avanço da agroindústria não eliminou a velha opressão latifundiária, tão somente estabeleceu novas formas. Está historicamente patente o fracasso da reforma agrária prevista pela política burguesa nacionalista. O MST a conserva extemporaneamente, quando a agroindústria criou as condições para a expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção.

Hoje, está muito mais claro que no passado que a tarefa de garantir o acesso dos camponeses à terra e a superação da miséria no campo depende de uma revolução agrária. Que, por sua vez, é parte da luta do proletariado em geral pela derrocada da burguesia e libertação do país dos ditames do imperialismo. A tarefa democrática de resolução do problema da terra corresponde ao

programa da revolução social. A classe operária e os camponeses têm de se unir como uma só força social oprimida para se libertarem do domínio capitalista. Eis por que o programa e a tática de luta que expressam a revolução agrária têm por objetivo estabelecer um governo operário e camponês, ou seja, um governo que expresse a revolução e a ditadura do proletariado. O MST jogou um papel progressivo no passado impulsionando as ocupações de terra e expondo as contradições de classe no campo. O fato de sua direção não assumir o programa da revolução agrária o levou a uma adaptação à política burguesa reformista, que o colocou sob a mira da oligarquia latifundiária e o esvaziou da capacidade original da luta direta dos camponeses pela terra. A impotência

do MST é prejudicial à luta camponesa. Mas essa impotência não deve ser confundida com a capacidade de luta dos camponeses, que procuram um caminho para se libertar do jugo latifundiário. Não encontraram ainda esse caminho porque a classe operária se acha atrasada em suas conquistas pela independência de classe.

A luta camponesa se livrará da política do reformismo fracassado no momento em que a classe operária coloque a unidade entre o campo e a cidade diante da burguesia putrefata e da democracia oligárquica decadente. A experiência de quarenta anos com o MST deve ser compreendida criticamente, com o objetivo de constituir uma direção revolucionária.

## Intervenção do POR na greve dos servidores federais

### O Partido Operário Revolucionário (POR) trabalha pela vitória da greve Toda força à Greve da Educação Federal! Em defesa da Educação pública, dos direitos e dos salários!

A greve da Educação Federal se iniciou em 11 de março, com a deflagração da paralisação da FASUBRA, representante dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino (IFE), ganhou em 3 de abril reforços do Sinasefe, representante de docentes e técnicos dos Institutos Federais e abrangeu, a partir de 15 de abril, o Andes-SN, representante dos docentes das IFE. O movimento segue em expansão com a adesão de cada vez mais instituições e com a perspectiva de expansão para segmento estudantil que começa a aprovar suas paralisações e reivindicações próprias.

As principais pautas da educação federal são: reposição salarial, recomposição do orçamento das universidades, revogação das contrarreformas, revogação do Novo Ensino Médio e contra a Reforma Administrativa. Objetivamente a greve está em choque com a continuidade da política econômica de Temer e Bolsonaro.

A aplicação do teto dos gastos (Temer) e do Novo Arcabouço Fiscal estão na base do arrocho salarial do funcionalismo público federal, que chega a percentuais de mais de 40% a 50% e do estrangulamento do orçamento das universidades. O orçamento discricionário aprovado em 2024 corresponde a 39,74% do que era o orçamento de 2013, considerando a inflação do período. Nem mesmo o valor nominal foi mantido. Além das perdas inflacionárias, que se acumulam desde 2010, insuficientemente repostas nos acordos de greve em 2012 e 2015, a reforma previdenciária ampliou a alíquota descontada, estendendo-a também para os professores aposentados.

O estrangulamento orçamentário, somado aos impactos da reforma trabalhista na vida das famílias trabalhadoras, tem tornado a permanência estudantil cada vez mais difícil. A evasão é altíssima, seja pela ausência de moradia e alimentação adequadas, seja pela baixa expectativa em se conseguir um emprego na área de formação.

Na base das condições precárias das instituições federais de ensino está a subordinação dos governos ao capital financeiro. Independentemente do partido que ocupe a presidência, seja PT,

MDB ou PL, todos os governos colocam como prioridade honrar os compromissos com o capital financeiro. Para sustentar o parasitismo da dívida pública, são impostas violentas contrarreformas. Mas isso não explica tudo.

Os ataques da burguesia e seus governos só têm conseguido se impor por conta da política de conciliação de classes das direções das maiores centrais sindicais, sindicatos e entidades estudantis. Após a onda de ocupações estudantis contra a PEC do Teto dos gastos e a Reforma do Ensino Médio, em 2016, e a greve geral contra a reforma trabalhista, em 2017, a luta foi conduzida para o terreno eleitoral. Mesmo sob o governo ultradireitista de Bolsonaro, seguiu a tática de desgaste, sem enfrentá-lo com os métodos da luta de classes. Sob o governo de Lula/Alckmin, as direções sindicais procuraram evitar a greve, mas a precarização da educação chegou a tal ponto que foi impossível contrariar as tendências de luta que se potenciaram durante anos de ataques governamentais.

O Partido Operário Revolucionário, por meio da Corrente Proletária da Educação, vem dedicando esforço para que as greves dos funcionários e professores sejam unificadas e atuem diante do governo centralizado como uma só força independente e combativa. A vitória do movimento fortalecerá a defesa do ensino público e gratuito em detrimento do sistema privado da educação que dita ao governo os rumos da educação.

A oposição sindical tem em suas mãos a responsabilidade de trabalhar pela unidade grevista, superar o corporativismo sindical que serve ao Estado e à governabilidade burgueses, impulsionar a organização de base e edificar a democracia sindical. A greve é um momento em que se coloca a unidade entre professores, funcionários e estudantes. Lutamos para que essa fusão de força se levante diante do governo Lula com o programa da defesa de um único sistema público, gratuito, controlado por quem estuda e trabalha, voltado à produção social e alicerçado na interdependência entre a teoria e a prática.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



## Ceará

### Greves docentes e do funcionalismo prosseguem com força

As greves docentes das universidades estaduais, do IF, dos estudantes e do Detran prosseguem com força no estado. É preciso trabalhar pela unificação, para que ganhem as ruas e derrotem os governos Lula/Alckmin e Elmano de Freitas/PT

### Greve nas estaduais enfrenta a fúria do governo e reitorias

A greve dos docentes da UECE, URCA e UVA permanece com grande adesão de professores, fortalecida pela recente adesão dos estudantes. No dia 17 de abril, ocorreu o segundo ato unificado no Palácio da Abolição (sede do governo estadual) que contou com a presença centenas de ativistas, incluindo os professores da rede estadual. Além da multa imposta pelo governo Elmano/PT, as reitorias têm lançado mão de ações covardes como ameaça aos probatórios e de corte de ponto sobre os grevistas. O governo petista realiza ataques pesados para em seguida dizer que está disposto a retirá-los se os grevistas suspenderem a greve e retornarem às mesas de negociação inócuas.

### Iniciada a greve nas universidades federais

A greve na UFC, UFCA e Unilab, finalmente, teve início no dia 15/04, com assembleia das três universidades nos jardins da Reitoria da UFC, onde foi eleito o comando de greve unificado. Na UFC, a adesão tem sido forte, em vários campi. Contudo, há resistências de setores no Direito, no Centro de Tecnologias e FE-AAC (economia, contabilidade, administração), que precisam ser combatidas pelo movimento em seu conjunto. Professores denunciaram a ação da reitoria contra a greve. O POR esteve presente na assembleia unificada onde interveio com a distribuição do boletim nacional docente da Corrente Proletária na Educação.

### Movimento estudantil entra em ação

No mesmo dia em que a UFC iniciou a greve, os estudantes convocados pelo DCE (UP/PCB/PSOL) realizaram assembleia híbrida com cerca de 600 estudantes no presencial e aprovaram o indicativo de greve. O indicativo de greve, por parte do DCE, quando docentes e TAE's já estão efetuando a paralisação é um passo atrás. O reitor da UFC, Custódio Almeida, apoiado na consultada para reitor pela quase unanimidade dos movimentos estudantil e docente, tem ajudado como pode os fura-greves e mantido o suca-

teamento do RU com filas quilométricas e redução no número de refeições. Na UECE, os estudantes realizaram assembleia no dia 16/04 em vários Campi. O informe de que participaram, ao todo, 1.721 estudantes demonstra disposição de luta, o que se comprou com a aprovação da greve estudantil. Os estudantes da UECE também aprovaram calendário de mobilizações e ato na reitoria para a entrega de reivindicações há muito negadas pelo reitor Hidelbrando Soares. No IFCE, o DCE convocou apenas formalmente uma assembleia virtual, do qual a maioria sequer tomou conhecimento. Nenhuma pauta aprovada, nenhum calendário de lutas. Apenas apoio declamativo aos grevistas do IFCE. A CPE interveio na assembleia docente, setorial de Caucaia aberta aos estudantes, em defesa de que o DCE convocasse assembleia no que foi apoiada por professores. A resposta de um representante do DCE foi de apagar dos grupos as postagens do boletim da CPE e restringir as postagens apenas aos administradores.

### Detran resiste às pressões do governo

Próximo de completar 20 dias de greve, a categoria resiste bravamente às investidas de Elmano. Além da criminalização judicial com a manutenção das multas de R\$ 50 mil/dia, o governo suspendeu as rotas, ameaça suspender o refeitório e ameaça e entrada das crianças na creche. A categoria tem respeitado o percentual dos 30% do serviço essencial. A maioria dos 137 postos permanece paralisada ou semiparalisada. A categoria que chegou a suspender a greve, no dia 11/04, para retomar a negociação com o governo, a retomou no dia seguinte, após 3h de audiência e nenhum avanço.

### A tarefa dos explorados em luta

É preciso apoiar e sustentar com ampla campanha de solidariedade as greves no Ceará. As categorias que enfrentam o governo do estado não têm outra saída senão a unidade e ação diretas nas ruas. A presença do movimento estudantil deve ser assegurada por todos os meios apesar da dispersão natural com a suspensão das aulas. A resposta antissindical do governo mostra como Elmano/PT não passa de um governo burguês, demagogo e inimigo dos explorados. Nas federais, a tarefa é denunciar as reitorias, seguir na unidade e no caso dos estudantes, seguir o exemplo do curso de teatro da UFC e ocupar a universidade.

O POR tem atuado em todos estes movimentos, distribuindo seus boletins e organizando plenárias. Levanta as bandeiras de: Unidade de todos os movimentos! Atendimento imediato das reivindicações! Pela convocação das assembleias e greves estudantis! Abaixo a perseguição aos grevistas, irrestrito direito de greve! Oposição revolucionária aos governos Lula/Alckmin e Elmano de Freitas/PT.

## Rio Grande do Norte

### 40 dias de greve dos técnico-administrativos das universidades federais

No dia 19, completaram-se 40 dias de greve dos técnico-administrativos das universidades federais, representados pela FA-SUBRA. Nesse período, a adesão dos servidores só cresceu, numa mobilização que há quase dez anos não se via.

Anos de perdas salariais acumuladas desencadearam essa onda grevista, que se iniciou entre os técnico-administrativos e

está se irradiando para as demais bases, como os servidores dos IFs (SINASEFE) e os docentes universitários (ANDES).

Previendo uma possível reação em cadeia de greves no funcionalismo federal, no dia 10 de abril o governo convocou as direções dos sindicatos do funcionalismo federal para uma reunião extraordinária da mesa geral de negociação, onde se discute o reajuste

linear para o funcionalismo. Nessa reunião, o governo propôs um “Termo de Compromisso”, em que, numa clara chantagem, condicionava a concessão do reajuste de auxílios (algo que já estava previsto no orçamento) à aceitação, por parte dos sindicatos, da dissolução da mesa geral de negociação e substituição pelas mesas específicas na que diz respeito à negociação sobre recomposição salarial.

A Corrente Proletária na Educação, por meio de manifesto, convocou a categoria a rejeitar a chantagem do governo, defendendo a unidade do funcionalismo e a constituição de comandos de greve unificados. Porém, as tendências corporativistas e conciliadoras na categoria, reforçadas pelas direções, levou a que a FASUBRA e SINASEFE assinassem o “Termo de Compromisso”. Cultivou-se a ideia de que a categoria dos técnico-administrativos, particularmente, por ser a pior remunerada do executivo, tem supostamente uma maior chance de conseguir um reajuste diferenciado se negociar em separado do restante do funcionalismo federal.

A fragmentação das negociações em mesas específicas trouxe uma vantagem para o governo, que pressionará com maior força as categorias em greve para que suspendam o movimento, em troca de migalhas.

## É necessário fortalecer a unidade da greve na educação federal, em conjunto com os estudantes

Junto a enorme defasagem salarial, que já passa dos 50%, há o sucateamento das universidades federais. Para se ter uma ideia, hoje o orçamento discricionário das universidades está em R\$ 5,8 bilhões, e seriam necessários mais R\$ 8,7 bilhões para recompor as perdas orçamentárias referentes ao ano de maior orçamento, que foi 2013. Os cortes orçamentários, iniciados no governo Dilma, têm piorado as condições de ensino e permanência dos estudantes, o que coloca, concretamente, a possibilidade do movimento estudantil se incorporar à onda grevista na educação federal.

A greve dos técnico-administrativos e docentes põe para a vanguarda a tarefa de impulsionar a greve estudantil, tendo como eixos a defesa da recomposição orçamentária das universidades e IFs, assim como a recomposição das perdas salariais dos servidores. Essa unidade passa por constituir assembleias e comandos de greve unificados, em torno de uma pauta única de reivindicações.

## Rondônia

### A greve dos Servidores federais iniciou forte

Os servidores Técnicos Administrativos da universidade entraram em greve desde o dia 03 de março. Mas, no dia 19, seguindo a orientação do Andes, aconteceu a primeira assembleia da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (Adu-nir), com a proposta de mobilizar para deflagrar a greve prevista para ser deliberada a partir do início do semestre, em 11 de maio. Porém, devido a desmobilização de 15 dias devido ao recesso do semestre, a entidade tira outra deliberação de realizar assembleia unificada em Porto Velho, no dia 12, com os três seguimentos nos turnos da manhã, tarde e noite no campus Porto Velho.

A assembleia encaminhou votação que aprovou a greve a partir de 15 abril com a organização de um comando de greve já formado com representações dos campi. Foram encaminhadas de unificar a luta grevista fortalecendo a unidade das ações junto aos docentes técnicos e estudantes também dos Institutos Federais da Educação do Estado.

A greve iniciou forte, pois dos dez institutos federais, 8 já deflagraram greve. O campus Porto Velho da Unir está greve, os diversos campi já deliberaram e no campus em Rolim de Moura dos que está mais frágil um curso já se definiu pela paralisação, o de História. A força está na unidade que está em construção.

Das diversas propostas de ações da greve, uma das principais é a de unificar com ações com os servidores dos Institutos Federais. Ficou deliberado para realizar atividades em todo estado. Outra deliberação importante foi a de Intensificar as mobilizações nos departamentos com o objetivo de convencer aqueles professores que ainda estão com dificuldades de aderir ao movimento; a passagem nas salas que estejam acontecendo aula para que não tenham aulas, dar visibilidade da luta da universidade em todos os espaços da mídia e manifestações de ruas se necessários bloquear BRs ruas etc. E atos em diversos pontos da capital.

As pautas principais que unificam as lutas dos estudantes, docentes e técnicos administrativos da Unir e dos Ifros são: recomposição salarial; reestruturação das carreiras de técnicos-administrativos (TAEs) e docentes; recomposição do orçamento e reajuste imediato dos auxílios e bolsas dos estudantes.

A militância da Corrente Proletária na Educação/POR defende a organização das assembleias unificadas com docentes, técnicos e estudantes dos Ifros e da Unir; dar continuidade às assembleias gerais unificadas e aprovação de manifestações de rua.

## Pernambuco

### Apesar do golpe da diretoria da Adufepe (PCdoB), professores da UFPE aderem à greve da Educação Federal

A diretoria da Adufepe (PCdoB) fez tudo ao seu alcance para impedir o debate democrático e a vontade soberana da sua base. Na assembleia híbrida de 27 de março, convocada após iniciativa da minoria do conselho de representantes, a diretoria foi atropelada e aprovamos o indicativo de greve, a criação do comando de mobilização docente, o comando unificado com estudantes e técnicos, representação na reunião do setor das federais em Brasília e nova assembleia em 17 de abril (dois dias depois da volta às aulas) para a deflagração da greve. A diretoria não convocou os comandos, só conseguimos ir à reunião do setor das federais com muito esforço e a assembleia do dia 17 foi convocada de maneira

completamente antidemocrática. Antes mesmo da publicação da convocatória, mais de 40 professores assinaram uma carta aberta à diretoria exigindo que a assembleia fosse presencial. O PCdoB desconsiderou. Convocou uma assembleia não só híbrida, mas na prática anulada em suas atribuições, uma vez que a decisão mesmo foi imposta na forma de um plebiscito.

A votação não foi feita pelos docentes que estavam no auditório da Adufepe e nem mesmo pelos presentes na sala virtual, foi feita por uma plebiscito em que a diretoria usurpou o poder da assembleia decidir como votar. A assembleia se iniciou às 10:30h e 30 minutos depois, quando ainda estávamos debatendo questões

de ordem, o plebiscito já começou a coletar votos. As falas continuaram até as 14h, quando encerrou o tempo da votação. A diretoria tentou prorrogar, mas os presentes negaram e exigiram a divulgação do resultado. A greve foi aprovada com 899 votos favoráveis, 795 contrários e 43 abstenções, com 1.737 votos no total, em um universo de 3.621 professores.

A oposição vem se fortalecendo diante do crescente autoritarismo da diretoria do PCdoB. A campanha “Adufepe é Andes” cresce a cada dia, contra o objetivo do PCdoB nos apartar do movimento nacional. A oposição preparou a intervenção coletivamente. Foi importante ter recusado a via da judicialização da assembleia, como alguns docentes propunham, mesmo que a convocação fosse flagrantemente ilegal. Defendemos que é a própria categoria que tem de enfrentar a burocracia sindical, não podemos transferir ao Estado burguês (no caso o judiciário) o papel de decidir sobre a vida sindical.

No início da assembleia, a oposição levantou uma questão de ordem exigindo a anulação do plebiscito, com voto dos presentes na assembleia e no ambiente virtual. Foi uma concessão ao formato híbrido decorrente da avaliação tática sobre como desarmar o golpe da diretoria sem implodir a assembleia. Uma representante da diretoria na mesa propôs a suspensão da assembleia. Não permitimos. Porém, a mesa se recusou a colocar nossa questão de ordem em votação. Inclusive suspendeu a assembleia por 30 minutos, sem nenhuma justificativa, cortando o microfone. A assembleia não se dispersou. Os técnico-administrativos, que estavam em peso na Adufepe, emprestaram uma caixinha de som, os estudantes emprestaram um megafone, a base assumiu a continuidade das falas, adentraram no debate sobre a greve e nos comprometemos, independentemente do resultado do plebiscito, a convocar a próxima assembleia 100% presencial. Trata-se de uma grande conquista, sobretudo porque parte da própria oposição havia se acomodado à virtualidade. Abrimos a fala a representantes do comando de greve dos técnicos da UFPE, comando de greve do IFPE, estudantes e representação do Andes. Técnicos e estudantes estavam presentes massivamente na sede do sindicato, embora o auditório só tivesse capacidade para umas 100 pessoas.

Vendo que não conseguiu implodir a assembleia com seu “recesso”, a mesa retomou os trabalhos. As falas foram todas favoráveis à greve. A diretoria não teve nem mesmo a coragem de falar contra a greve, mas, na véspera, mesquinamente distribuiu materiais com distorções sobre o movimento nacional, tentando mostrar um quadro de fraqueza. O golpe do plebiscito se impôs. Não tínhamos como improvisar um boicote, pois o movimento docente acaba de despertar, chamado pelas outras categorias. Não havia coordenação suficiente para um boicote massivo e a oposição decidiu participar do plebiscito. Nossa denúncia ficou muito clara nas falas e no boletim que fizemos. O plebiscito virtual é um mecanismo criado como instrumento antigreve, em desacordo com o estatuto do Andes e regimento da Adufepe que determinam a deliberação somente de modo presencial. Porém, por conta do senti-

mento generalizado de que as perdas salariais e orçamentárias são imensas e pela revolta com o extremo autoritarismo da diretoria da Adufepe, o plebiscito expressou a vontade da categoria.

Aprovamos a criação do comando de greve para o dia seguinte à assembleia e o convite aos técnicos e estudantes para o comando de greve unificado, inclusive em unidade com os grevistas do IFPE. A assembleia serviu para convencer a base de que o movimento precisa ser presencial. O ambiente virtual foi invadido por diretistas que ficavam chamando os professores de vagabundos e outras baixarias. E o sistema do plebiscito virtual, que custou mais de R\$16 mil ao sindicato, dependia de listas fornecidas pela reitoria, que não incluíam parte dos docentes substitutos.

É importante mencionar também que a reitoria, dias antes da assembleia, fez uma reunião de coordenadores para intimidar os professores, indicando que não vai suspender o calendário e impondo já formas de reposição, quando isso sempre, mesmo sob a ditadura, foi objeto de negociação.

O autoritarismo extremo do PCdoB é um sinal de sua fraqueza. No debate limpo, democrático, a diretoria não tinha argumentos para vencer. Jogou sujo ao extremo e a máscara autoritária caiu. A assembleia se ergueu massivamente contra a mesa. Gritava a ple-nos pulmões “A Assembleia é Soberana!”, “Votação!”, “Greve Já!”, “Democracia!” e palavras de ordem junto com os estudantes como “Para barrar a precarização, greve geral da educação”. A assembleia da Adufepe mostra como as tendências objetivas da luta de classes levam as bases a se chocarem com as direções governistas.

A Corrente Proletária na Educação distribuiu o manifesto da Frente Andes-SN Classista e o boletim da oposição “Adufepe é Andes”. Essa oposição local é uma frente muito heterogênea que abrange docentes do POR, PSOL, PCB, PT, Rede, ex-diretores da Adufepe e independentes. A unidade se dá na defesa da democracia sindical e da manutenção da vinculação de nossa seção sindical ao Andes. Diante do impulso do movimento nacional, a oposição se converteu no espaço de construção da greve, o que tem sido muito positivo.

Pela tarde, os estudantes fizeram sua própria assembleia, autconvocada por diversos diretórios acadêmicos. O DCE está com uma gestão pró-tempore, nas mãos do PCdoB. Os estudantes da UJS estavam pela manhã trabalhando como auxiliares do plebiscito golpista. Na assembleia estudantil, ficaram à margem, impotentes para intervir, nem mesmo levantaram suas mãos na votação sobre a greve. Os estudantes, após falas que expressavam a luta em defesa de suas condições de estudo e em defesa dos direitos e da Universidade, deliberaram pela greve estudantil e criação de seu próprio comando de greve. Enfim, o movimento unificou. Toda a comunidade da UFPE está em greve e agora integra a greve da educação federal. Nossa tarefa é expandir o movimento. As pautas de derrubada das contrarreformas, contra a reforma administrativa, pelos salários e direitos têm grande potencial aglutinador. Toda força à greve da Educação federal.

## Pernambuco

### Assembleia do IFPE rejeita a assinatura do Termo de “CHANTAGEM” apresentado pelo Governo Lula/Alckmin para barrar a Greve Nacional da Educação

No dia 16 de abril, ocorreu no formato híbrido a Assembleia Geral dos servidores do IFPE, com concentração presencial no campus da capital Recife e no litoral sul, Barreiros. A principal pauta era a assinatura ou não do termo apresentado na Mesa de Negociação de 10/04. Neste termo, o governo apresentou uma proposta que vincula o que já tinha sido oferecido (apenas reajustes dos auxílios, mantendo o 0% de reposição salarial em 2024), com o adendo de fazer as negociações referentes à reposição salarial

nas mesas setoriais. O que resultará divisão dos servidores federais que nas últimas semanas se unem à Greve Nacional da Educação. Este termo é uma chantagem diante do avanço da greve, que iniciou no dia 11 de março com os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) da Fasubra.

No dia 03/04, iniciou a greve do Sinasefe (docentes e TAEs dos IFs, CEFETs, Colégios Militares e Colégio Dom Pedro II). Em Pernambuco, a maioria dos campi do IFPE estão parados. Nacional-

mente, o Sinasefe divulga adesão à greve de mais de 480 unidades da Rede Federal. O ANDES-SN iniciou a greve esta semana.

Apesar dos dirigentes do Sinasefe nacional e do Sindsfipec, Lobão (PSOL), e Elenira (PT) e Adiliane (PT) afirmarem que não tem problema a assinatura do termo, porque a greve pode continuar, a Assembleia Geral do IFPE rejeitou a assinatura do termo. Este termo serviu para confundir os servidores. Foi uma votação apertada 83 contra e 74 a favor. O fato é que o governo usa a assinatura do termo como parte da negociação. A reunião para assinatura ou não será no dia 19/04. Se o governo realmente quer dar o reajuste nos auxílios, que sequer atende aos aposentados, isso não deve ser submetido à divisão da luta pela reposição salarial, porque servirá para atender a uns e outros não. Ou, simplesmente apontar melhorias nas mesas de carreira, que servem para enrolar os servidores

por anos. A assinatura deste termo levará ao enfraquecimento da greve. A força dos servidores está na sua unidade na greve.

A Corrente Proletária/POR atuou defendendo a rejeição a este acordo. Realizou a reunião com grevistas para análise do termo, mostrando a armadilha apresentada pelo governo Lula/Alckmin. Isso fez com que o campus se concentrasse para participar presencialmente da Assembleia. Ainda é preciso combater a assembleia “híbrida”, porque expressa a passividade dos meios virtuais. A Corrente Proletária atua no Comando de Greve, que realiza atividades presenciais no campus. No dia 17/04, houve um ato de rua no centro da cidade de Barreiros, com panfletagem e falas no Megafone, onde foi defendida a recomposição orçamentária para os IFs e Universidades Federais e a recomposição salarial.

## São Paulo

# SinTUFABC: 4ª Assembleia de Greve se submete à Reitoria e adia deliberação sobre a proposta do governo

Em 11 de abril ocorreu a 4ª Assembleia de Greve dos TAEs da UFABC, reunindo cerca de 120 trabalhadores no total, sendo 42 de forma presencial e 78 virtualmente. A pauta principal foi o Termo de Acordo sobre o Exercício do Direito de Greve construído no Comando Local de Greve (CLG). Em síntese, considerando “a necessidade de dar previsibilidade e segurança jurídica aos servidores que, eventualmente, adiram ao movimento grevista, e também a toda comunidade da UFABC”, o “acordo entre as partes” estipula o “pagamento integral da remuneração dos servidores em respeito à greve” mediante o registro de duas ocorrências no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) sendo “uma para quando se adere ao movimento durante suas atividades presenciais; outra para quando se adere ao movimento durante suas atividades em teletrabalho”, assim como o compromisso dos servidores com a reposição do trabalho. Trata-se de uma violação ao direito de greve, fruto da exigência de autoidentificação dos grevistas pela Reitoria para se resguardar diante da Instrução Normativa (IN) Nº 49 de 2023 da Secretaria de Relações de Trabalho (SRT) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

À exceção da Corrente Proletária/POR, todas as demais correntes, como Emancipação Socialista, POM, UP, PSOL e PT, defenderam a aprovação do acordo. A direção majoritária tentou minimizar o período de resistência à imposição da Reitoria e o rechaço ao acordo burocrático afirmando que “a rejeição do acordo levou a um labirinto que agora será resolvido com proposta similar à do acordo que foi rejeitado porque é ocorrência específica”. O Coordenador de Assuntos Jurídicos eleito pela chapa governista declarou que não está participando da greve por decisão pessoal, já que a “liberdade sindical” permite “aderir ou não, querer se identificar ou não”, mas que “o acordo é importante, que não dá para ficar sem”. A UP criticou as “falas que amedrontavam a categoria citando a IN”, lembrando que o Termo de Acordo não menciona a normativa. Essa crítica causou ira no dirigente sindical fura-greve, o qual gritou que seria incapaz de tomar qualquer medida contra a categoria. No fim, ambos votaram a favor do acordo.

O acordo local rompe com a orientação nacional da FASUBRA de não registrar o ponto durante a greve, substituindo-a pela orientação de registro individual do ponto. Sua aprovação resultou da greve “híbrida” e passiva, portanto da impossibilidade de construir uma verdadeira greve e constituir a força coletiva necessária para realizar os piquetes e enfrentar a burguesia e suas instituições. Destacamos que a proposta de manter a Orientação da FASUBRA de não registrar o ponto, defendida pela CPE/POR, recebeu 14 votos, incluindo os grevistas da Superintendência de Gestão de Pessoas (SuGePe), expressando uma vanguarda que

compreendeu a importância de defender uma greve verdadeira, unitária, de confronto com o Estado, assim como a ação prática contra a lei antigreve.

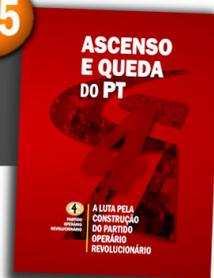
A reincorporação da direção majoritária ao movimento grevista marcou a projeção do oportunismo. Na pauta da greve nacional, quando a assembleia já estava esvaziando, o dirigente do Travessia fez uma intervenção de 20 minutos e defendeu a deliberação imediata sobre o Termo de Compromisso N. 01/2024, sob o argumento do prazo ser em 12 de abril e de que não podemos “rasgar dinheiro”. A CPE explicou a manobra da direção majoritária de tentar impor uma importante decisão em assembleia esvaziada, afirmando que não tem cabimento o governo fazer uma reunião em um dia e exigir resposta de todas entidades sindicais nacionais em dois dias e mesmo se fizesse não devíamos nos guiar pela agenda estipulada pelo governo e que, apesar de já ter posição contrária ao acordo, defende pautar na próxima assembleia, a ser devidamente divulgada para se ter uma participação expressiva. Devido ao teto do horário da assembleia, colocou-se em votação estender o horário da assembleia, o que foi aprovado por um voto de diferença (19x18). Em seguida, a assembleia quase foi interrompida devido a tentativa do dirigente do Travessia de, aos berros, impedir a defesa a favor da proposta de aguardar a orientação oficial do Comando Nacional de Greve da FASUBRA. Após as defesas, a proposta recebeu 29 votos favoráveis, 15 contrários e 2 abstenções. Com a derrota, a Frente Governista se retirou da assembleia. No final, devido ao prazo inventado pela direção majoritária, houve um impasse quanto à data da próxima assembleia, de maneira que se cogitou convocá-la via CLG. A CPE/POR retomou a denúncia à manobra e defendeu manter a tradição de uma assembleia convocar a outra em vez de encaminhar para o CLG, que não existe no Estatuto, para evitar que a direção burocrática venha a usar isso para deslegitimar a assembleia. Assim, defendeu a convocação da próxima assembleia para terça-feira, às 13h, proposta que foi aprovada por unanimidade.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

**ASCENSO E QUEDA DO PT**

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



## São Paulo

# SinTUFABC: 5ª Assembleia de Greve capitula à chantagem do Governo

No dia 16 de abril, ocorreu a 5ª Assembleia de Greve do SinTUFABC, reunindo aproximadamente 131 trabalhadores, sendo 31 de forma presencial e 100 virtualmente. Como na assembleia de deflagração da greve, a CPE/POR fez a defesa do Estatuto do SinTUFABC, que determina a não contabilização dos votos virtuais em assembleias que tenham como pauta a deflagração ou suspensão da greve e a aprovação da pauta de reivindicações, acrescentando o caráter imobilista da assembleia híbrida. O Travessia (Resistência/PSOL) defendeu a contabilização, argumentando que o estatuto está desatualizado e que a virtualidade favorece a mobilização, exemplificando que a convocação da assembleia foi feita pelas mídias sociais. Em votação presencial, 18 pessoas votaram a favor de considerar os votos virtuais, 4 contra e 5 se abstiveram. Apesar da importância da pauta, essa foi a assembleia de greve com a menor participação presencialmente, enquanto a sala virtual atingiu o limite de participantes, o que expôs a natureza imobilista e antidemocrática da assembleia híbrida.

A pauta sobre a Proposta do governo Lula/Alckmin/Termo de Compromisso N.º 01/2024, de condicionar o aumento nos valores dos auxílios à aceitação do “reajuste” zero em 2024, iniciou com a projeção e leitura do termo, conforme acúmulo do CLG que, por um voto de diferença decidiu não se posicionar a favor ou contra o termo. A discussão colocou em primeiro plano a divergência quanto ao centro da luta, pela Campanha Salarial Unificada (reposição das perdas, recomposição do Orçamento das IFEs etc), ou pela Reestruturação de Carreiras, portanto da concorrência entre as categorias. Os corporativistas defenderam a assinatura do termo, considerando ser um “reajuste imediato”, que “quase todo mundo tem Plano de Saúde no Brasil”, que não encerra a greve; que não podemos repetir a história, como na greve de 2015; e que, desde o golpe, ficamos sem aumento e agora temos negociações e proposta de aumento, portanto devemos aceitar. Os lutadores independentes, por sua vez, expuseram a chantagem do governo, que visa fragmentar o funcionalismo, pois sabe que nossa força reside na unidade, e defenderam recusar a proposta.

Durante a Assembleia, a CPE/POR distribuiu o Boletim Nacional da CPE N.º 02/2024 e o Boletim CPE-SinTUFABC N.º 35, nos quais se coloca pela unidade do funcionalismo. Em suas intervenções, afirmou que a assembleia anterior tomou uma decisão correta ao adiar a decisão para hoje, de maneira que está de acordo com a orientação do CNG da FASUBRA de realizar assembleias essa semana, e que até hoje não se sabe de onde saiu a data de 12/04; pontuou que a Mesa Central não está fechada, como informou o dirigente burocrata, mas que o governo quer fechar, o que não quer

dizer que as entidades sindicais aceitaram, a discussão é justamente essa; colocou que o Termo é claro: condiciona a implementação do aumento nos auxílios, já previsto no orçamento, à aceitação de zero de reajuste geral em 2024 e o fim da Campanha Salarial Unificada; citou alguns momentos da Campanha Salarial e a possibilidade de assinar o acordo e o governo usar para declarar a greve ilegal, já que não tem obrigação legal de reestruturar carreiras, mas tem de conceder revisão geral anual dos salários dos servidores. Outro ponto pontuado, junto a organização Emancipação Socialista, foi o papel político que o SinTUFABC poderia cumprir dentro da FASUBRA ao expressar uma posição contrária à chantagem do governo, mostrando a insatisfação da base.

A CPE apresentou à mesa e plenário uma Proposta de Resolução alternativa à assinatura do Termo de Compromisso, escrita no Boletim distribuído fisicamente e na sala virtual, mas o encaminhamento foi de primeiro votar se assinava ou não o termo e, a depender do resultado, apreciar outras propostas. Em votação, a proposta do governo foi aprovada com 79 votos favoráveis (59 virtuais), 27 contrários (13 virtuais) e 1 abstenção. Prontamente, um integrante da Frente Governista solicitou a palavra para insinuar que a mesa descumpriu a deliberação do CLG de entrar em regime de votação após as defesas. O militante porista que integrou a mesa da assembleia rebateu a insinuação, esclarecendo que não houve qualquer descumprimento e que qualquer pessoa pode apresentar proposta na assembleia, independente de fazer ou não parte do CLG.

Na pauta sobre a greve local, deliberou-se pelo cancelamento do ato agendado para o dia seguinte. O que se constitui em um erro e mostrou a fraqueza da greve. A direção burocrática e a despolitização das bases têm permitido desviar o curso da luta para discussões diversionistas como a questão de gênero. Se a greve continuar passiva e desorganizada desde as bases, o governo se sentirá tranquilo para negar as reivindicações. É preciso romper com as formas não presenciais das assembleias e superar a desorganização do movimento. Uma greve é uma relação de força entre os trabalhadores, a classe capitalista ou o Estado. No caso, o seu adversário é o governo Lula que encarna os interesses gerais da burguesia e a administração do Estado. O que se passa na UFABC é importante para o movimento nacional dos servidores, que agora conta a seu favor com a greve do Andes. Quanto mais as unidades em cada estado vencerem o localismo e o corporativismo, mais forte fica o movimento geral. O contrário, também é verdadeiro. A vanguarda mais consciente e combativa está diante da tarefa de trabalhar por uma greve unitária, ativa, combativa e independente da influência do governo.

## Rio Grande do Sul

# Movimento estudantil alheio à greve dos servidores federais

Após 30 dias desde o início da greve dos técnicos administrativos na UFRGS, o movimento estudantil (ME) continua alheio ao processo de lutas deflagrado nas universidades, patinando no imobilismo. A razão disso é que as direções do ME estão comprometidas com a governabilidade do governo burguês de Lula e não têm qualquer interesse na realização de lutas que exponham o caráter burguês desse governo. Por isso, nas reuniões que realizam – assembleias nem pensar – os dirigentes do ME ficam “apreciando” a luta dos trabalhadores dos IFE’s, “ponderando” se é legítima ou não a greve que necessariamente entra em choque com o governo que “ajudaram a eleger”, colocação que se tornou lugar-comum em quase todos os espaços da universidade destinados a discutir a greve e os rumos da luta estudantil.

Na vacilação entre apoiar a luta dos técnicos administrativos (impulsionando os estudantes a uma participação ativa na greve, com suas bandeiras e reivindicações) ou blindar o governo de

frente-ampla, na prática, apesar dos discursos de “solidariedade” à greve, as direções do movimento estudantil da UFRGS, CA’s e DA’s em geral e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), sobretudo (Ocupel!, Alicerce, Correnteza, Juntos!) vêm trilhando esse segundo caminho, o de colaboração com o governo.

Tendo a assembleia geral da universidade como algo pertencente a um futuro distante e indefinido e as assembleias por cursos ocorrendo pontualmente, principalmente devido à pressão da base dos estudantes, o movimento estudantil se encontra imóvel e refém da política colaboracionista de sua direção.

É urgente a ruptura com esse imobilismo, reflexo da colaboração de classe, da colaboração com o governo burguês de Lula, e a retomada das mobilizações não apenas em “apoio” aos técnicos, mas procurando a unidade com os professores e técnicos em defesa da Universidade Pública.



# NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

**Ano XX - Abril de 2024**

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Notas do Boletim Nossa Classe - Abril - Política Operária

## Por um 1º de Maio, classista e internacionalista

### *Vamos juntos ao 1º de Maio da Praça da Sé*

O Boletim Nossa Classe vem convocando os trabalhadores e a juventude oprimida para o ato que ocorrerá na Praça da Sé. Trata-se de um ato sem patrões e sem governo. É um ato com independência de classe e em defesa das reivindicações mais sentidas pelo conjunto dos explorados.

Nesse 1º de Maio, estaremos exigindo a elevação do valor do salário mínimo. Sabemos que o salário mínimo tem impacto na vida de milhões de trabalhadores, com carteira assinada e informais, dos aposentados e pensionistas do INSS, dos que recebem benefício assistencial (LOAS) e de Prestação Continuada (BPC). Tem impacto, em particular, na vida de milhões de mulheres, que vivem do trabalho doméstico ou da informalidade.

O governo Lula, que prometeu valorizar o salário mínimo, impôs R\$ 1.412,00 e anunciou para 2025, R\$ 1.502,00. Como combater a miséria com esse salário mínimo de fome? O Dieese diz que o salário necessário para manter uma família trabalhadora de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.842,00, que inclui alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Somente para comprar a cesta-básica familiar, o trabalhador gasta R\$ 813,26.

Nesse 1º de Maio, devemos exigir o emprego a todos. Nenhum pai ou mãe de família sem trabalho. Nenhum jovem sem trabalho e sem estudo. Para isso, a nossa luta é pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, que chamamos de escala móvel das horas de trabalho.

Nesse 1º de Maio, estaremos reivindicando que o governo Lula revogue as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, a trabalhista e a previdenciária. Mas, sabemos que isso só será possível por meio da força coletiva da classe operária e demais trabalhadores.

Além dessas reivindicações vitais, nesse 1º de Maio, nos colocamos contra o genocídio do povo palestino desfechado pelo Estado sionista de Israel. Pelo fim da guerra na Ucrânia, pela autodeterminação da nação oprimida, por uma paz sem anexações. Pelo fim do capitalismo e em defesa de uma sociedade sem explorados e exploradores, uma sociedade socialista.

O Boletim Nossa Classe faz também uma campanha para que as direções sindicais e populares convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas e pelo fim imediato das guerras de dominação.

## Construção do Ato do Dia 1º de Maio na Praça da Sé

Em 17 de abril, o POR participou da segunda reunião de construção do Ato do Dia 1º de Maio na Praça da Sé. No início da reunião, informou-se a necessidade da elaboração de um manifesto e estabeleceu-se os temas já levantados na primeira reunião: por um 1º de Maio de luta, classista, internacionalista e independente de patrões e governos; luta contra as privatizações; reestatização da ENEL; revogação das contrarreformas; 100% de aumento no salário mínimo; rechaço aos 60 anos do golpe militar; e defesa do povo palestino.

Durante as intervenções foram levantados outros pontos, como o subemprego; aumento do custo de vida; defesa da educação e serviços públicos; combate ao governo Nunes e ao governo “neofascista” de Tarcísio; ruptura de relações com Israel; redução da jornada, sem redução salarial; aumento real de salários.

Em sua intervenção, o POR colocou a necessidade de explicitar o caráter anti-imperialista e socialista do ato. E que o 1º de Maio fosse o ponto de partida para um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. O representante do POR divergiu quanto à reivindicação de aumento de 100% do salário mínimo, por se tratar de um valor arbitrário, apresentando a defesa do salário mínimo realmente necessário, o salário mínimo vital, que corresponde de fato às necessidades da família trabalhadora. Defendeu a não subordinação das reivindicações dos trabalhadores ao Arcabouço Fiscal. Levantou a necessidade da defesa da autodeterminação das nações oprimidas e contra as guerras de dominação. Concluiu defendendo a constituição de uma Oposição Revolucionária ao governo Lula.

Diante das contribuições do POR, colocaram duas objeções:

uma de que a parte internacional deveria tratar apenas da Palestina, e outra quanto à defesa da Oposição Revolucionária ao Governo Lula/Alckmin. A Intersindical-CCT, ligada ao PSOL, falou que não assinaria nada com essa formulação. As únicas divergências apresentadas na discussão foram as supracitadas, porém, no final, os pontos levantados não foram elencados objetivamente. Uma comissão ficou responsável pela elaboração de um panfleto a ser disponibilizada até a noite do dia seguinte para modificações.

Finalmente, se publicou uma versão, que contém um conjunto de reivindicações dos explorados e que se coloca por um 1º de Maio independente do governo, dos capitalistas e de seus partidos. Essa solução possibilitou a assinatura do POR, embora com reservas e diferenças. O fundamental está em que o tradicional 1º de Maio da Praça da Sé se justifica diante do 1º de Maio governista a ser realizado no Itaquerão.

A crise mundial é profunda e se reflete amplamente na América Latina. O Brasil se ressentida da decomposição geral do capitalismo que vem sendo descarregada sobre a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida. O fato de o 1º de Maio da Praça da Sé não se colocar sob a bandeira do fim das guerras de dominação, pela derrocada do imperialismo e pela luta socialista evidencia a debilidade dos agrupamentos que compõem a comissão de organização e convocação do 1º de Maio na Sé. Nesse mesmo sentido, a rejeição ao conteúdo de Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula indica presença de traços governistas, que vêm das posições da esquerda centrada. O POR se guiou pela necessidade de manter um 1º de Maio, cujas bandeiras principais correspondem às necessidades vitais dos explorados.

## Empresa SeSe, terceirizada da Mercedes-Benz demite, coage os trabalhadores e paga um salário de miséria

*Lutemos pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados!*

*Pelo fim da terceirização*

Publicamos abaixo trechos de denúncias enviadas pelos trabalhadores da empresa SeSe, que presta serviço de logística na Mercedes-Benz. Um companheiro escreveu: “eu e meus companheiros de trabalho estamos indignados. As lideranças estão sempre coagindo os trabalhadores a fazerem transbordo de peças, prática essa proibida na empresa pela gerência. Trabalhamos sábados alternados, praticamente de graça, enquanto os trabalhadores da Mercedes ganham como hora. O sindicato Sindpress, responsável pela empresa, nunca apareceu na empresa, nem mesmo para levar as carteirinhas dos trabalhadores ou informar os seus direitos e deveres, porém, os descontos só aumentam, e o pior que já aumentou muito. Eles querem somente nosso dinheiro suado. O horário para alimentação está estipulado em 45 minutos, e 15 minutos ficam como banco de horas, e quando solicitamos é informado pela liderança que está negativo ou que não podemos usar, não informando o motivo. Quando é pedida saída antecipada, eles fazem desconto em folha, sendo que temos banco de horas e não temos como acompanhar a quantidade de horas que temos negativa ou positiva. Temos muita cobrança para utilizar os EPI, porém, quando solicitado um novo, informam que está em falta. O problema chega até nas roupas. Ficamos meses aguardando uma camiseta, calça ou colete novo”.

Companheiros denunciaram que trabalham como motorista de carreta, com trens grandes; que fazem 18 viagens; exigem carteira E, devido à composição combinada do veículo; e recebem um salário de R\$ 2.320,00, igual carteira D, uma miséria. Outro companheiro informou que foi demitido porque começou a reclamar e denunciar os problemas acima mencionados.

Companheiros, chegou a hora de colocar fim a esta superexploração. Para isso, devemos expulsar os dirigentes sindicais traidores, tanto do sindicato metalúrgico do ABC, como do Sindpress, que fazem o jogo do patrão. Unificar a luta dos trabalhadores terceirizados, efetivos e contratados! Somos uma só classe.

A direção do Sindicato Metalúrgico do ABC há muito tempo passou a defender e negociar os acordos de terceirização. O número de trabalhadores terceirizados nas fábricas aumenta a cada dia. O salário dos terceirizados é um terço do salário dos trabalhadores efetivos, e fazem o mesmo trabalho. Se não organizarmos a luta unificada, os trabalhadores efetivos de hoje serão os terceirizados de amanhã. Por isso, fazemos um chamado aos companheiros efetivos, aos trabalhadores da empresa SeSe, TKS, Leadec e demais terceirizadas, a entrarem em contato através do número de WhatsApp do Boletim Nossa Classe, para juntos organizarmos a luta. Constituir uma comissão de luta, independente, classista e revolucionária dos trabalhadores terceirizados, contratados e efetivos dentro da Mercedes, GM e demais empresas.

*Chega de salário de fome! Lutemos por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter as famílias, calculado pelos próprios trabalhadores nas assembleias. Segundo o Dieese, o salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.842,00. Pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados! Fim do Banco de Horas! Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários! Por emprego a todos, dividindo as horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, escala móvel das horas de trabalho!*

## Diretor do Sindicato Metalúrgico do ABC tenta agredir militante do POR, que entregava o Boletim Nossa Classe na Mercedes-Benz

Durante a última entrega do Boletim Nossa Classe na Mercedes, um diretor do sindicato metalúrgico se aproximou do militante do POR que entregava o Boletim e começou a empurrá-lo, dizendo que não poderia entregar o Boletim na fábrica. Não é a primeira vez que diretores do sindicato tentam agredir ou impedir a entrega do Boletim na Mercedes.

No Boletim Nossa Classe havia a denúncia dos baixos salários dos trabalhadores terceirizados, defesa do salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias, a efetivação dos trabalhadores terceirizados e outras reivindicações da classe operária.

Perguntamos: o que leva diretores do sindicato, que deveriam defender os trabalhadores, a tentar agredir e impedir a entrega de

um boletim que está defendendo as reivindicações dos trabalhadores? Resposta: esses diretores já se venderam aos patrões. Foram eleitos para defender os trabalhadores e passaram a defender os acordos de demissão, terceirização, banco de horas, lay-off, PDI e outros, que só interessam aos patrões.

Os militantes do Boletim Nossa Classe chama os operários da Mercedes a rechaçarem essa atitude antidemocrática e mafiosa dos diretores do sindicato metalúrgico. E trabalhem pela expulsão desses traidores da comissão de fábrica e do CSE, para resgatar o sindicato para a luta dos trabalhadores. Devemos defender a democracia operária, que significa o direito de todos os trabalhadores e correntes políticas, que não estão de acordo com a política da direção do sindicato, a se expressarem e defenderem que suas posições e propostas sejam votadas nas assembleias.

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

Pernambuco

## Boletim Nossa Classe metroviários

O Boletim de abril fez o chamado a um “1° de maio independente, classista, internacionalista e socialista!”, denunciou os 60 anos do golpe militar e os seis meses de carnificina na Palestina. Nesse ponto, relembramos que na assembleia de 6 de fevereiro foi aprovada a adesão do Sindmetro ao Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco. De lá para cá, porém, não vimos nenhuma participação do sindicato, convocatória ou comunicação direcionada à categoria. Questionamos “A solidariedade aos palestinos é só da boca pra fora?” A categoria precisa se mobilizar e demonstrar sua solidariedade ativa!

Publicamos as demais notas:

### Privatização da CBTU: acreditar em boatos ou organizar a luta?

A categoria metroviária tem motivos para acreditar que boas surpresas nos esperam? Ou precisa estar organizada e preparada para lutar contra a privatização? No dia 5 de março, houve uma reunião com os Sindicatos de Metroviários do Rio Grande do Sul e Pernambuco, com a presença de parlamentares e o membros de baixo escalão do governo federal. Diz o sindicato que o Secretário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Marcus Cavalcanti, “anunciou com muita firmeza que é uma decisão do governo Lula a retirada da CBTU e da TRENURB do PND” e que “no máximo em abril”, estaria oficializada a retirada. Além disso anunciou que seriam feitos “os investimentos necessários nas duas empresas e a expansão da Trensurb”.

No mês anterior, circulou uma minuta do Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, recomendando ao Ministro da Casa Civil a retirada da CBTU e Trensurb no Plano Nacional de Desestatização (PND). Tudo parece muito bom para ser verdade. Enquanto a imaginação dos sindicalistas voa alto, nada indica que o governo abandonou o plano de privatização.

Por outro lado, no dia 21 de fevereiro, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), se reuniu com o ministro da Casa Civil do governo Lula, Rui Costa (PT), o tema foi mantido em segredo. Tudo indica, porém, que a privatização do Metrô esteve na pauta. No mesmo sentido, nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro, a CBTU Recife recebeu uma visita do BNDES, Governo de Pernambuco, TCU e o TCE, como parte dos estudos do BNDES para a “modelagem” da privatização do Metrô. O sindicato foi excluído da visita. Mais uma vez perguntamos, temos motivos para acreditar em boatos de que neste abril teremos boas surpresas?

Como princípio classista, o sindicato deve sempre preparar os trabalhadores para o pior cenário. Isso não é pessimismo, é a realidade. Um sindicato que semeia ilusão, desarma o trabalhador. Se de fato a CBTU for retirada do PND, celebramos essa vitória parcial e já preparamos os próximos passos da luta contra a privatização.

### Sair do PND não é garantia de fim da ameaça privatista

Vale lembrar que o Porto de Santos foi retirado do PND, mas o privatismo continua a corroer a empresa pública, por meio do PPI,

programa criado por Temer em 2016, com parcerias com empresas privadas e outras formas de desestatizações.

Em janeiro de 2024, o governo Lula publicou decretos qualificando empreendimentos do setor portuário para desestatizações via PPI em oito estados, incluindo os portos do Recife e Santos. Se a CBTU for retirada do PND, imediatamente teremos de dar continuidade à luta contra as várias formas de privatização e pela liberação dos recursos para reverter o sucateamento e expandir a rede metroferroviária.

### Cadê o Comitê contra a privatização do metrô

Na assembleia de 6 de fevereiro, foi aprovada a criação de um comitê de luta, democrático, aberto a todos que querem defender o metrô da privatização. De que adianta aprovar, se a diretoria não move uma palha para convocar esse organismo? A diretoria só tem priorizado as reuniões institucionais, com políticos e com a empresa, sem mobilizar a categoria nos setores e, muito menos, envolver outros setores da população dispostos a lutar. É urgente planejar nossa luta e fortalecer a mobilização.

### Barrar a privatização pelas beiradas

No dia 18 de março de 2024 saiu no Diário Oficial da União o anúncio da licitação para a terceirização do controle de bloqueio e atendimento a usuários na CBTU/STU-REC. Eis a privatização avançando sobre o Metrô do Recife. Não podemos aceitar. A terceirização levará a rebaixamento dos salários, destruição dos direitos, maior rotatividade, cerceamento da liberdade de organização. É preciso que toda a categoria se levante com urgência.

### Por condições de trabalho

É sabido que a falta de financiamento adequado ao funcionamento do metrô leva ao sucateamento, com graves consequências para os usuários, mas também para os trabalhadores. No calor infernal do Recife, os operadores que trabalham na linha de bloqueio estão até comprando ventiladores para poder trabalhar. O sindicato precisa organizar a luta com os métodos da classe operária. As reuniões infinitas, sem mobilização da categoria, só servem para pavimentar o caminho dos dirigentes sindicais para, após o mandato, assumirem cargos de gestão na própria empresa. Chega de sufoco!

### Demissão coletiva no Metrô-BH

Desde a privatização, iniciada sob o governo Bolsonaro e concluída sob o governo Lula/Alckmin 50% dos funcionários foram demitidos, de 1.480, restam apenas 700. Muitos aderiram ao PDV e acordos “consensuais” impostos por meio da pressão. No dia 4 de abril começaram as demissões sem justa causa, 230 trabalhadores perderam seu posto de trabalho. A empresa impôs o plano enquanto o sindicato reclama que não foi ouvido. O sindicato queria negociar as demissões, colocando alguns critérios para escolher os demitidos. É um princípio do sindicalismo classista que emprego não se negocia, se defende com luta!

Rio Grande do Sul

## Realizado ato do movimento dos professores e funcionários

O ato foi agendado na assembleia geral do dia 22 de março, com pauta definida na minuta apresentada pelo Conselho Geral à assembleia. Nessa minuta estavam previstas as “Propostas de Mobilização para a Assembleia Geral”, defendidas pelo conselho, datado em 21 de março, um dia antes da assembleia, consta a proposta de “Realizar Ato Estadual com Paralisação no dia 4 de abril, pelo básico de R\$1.500,00 no plano de carreira dos funcionários(as) de escola, fim dos descontos das verbas indenizatórias do coletivo dos funcionários(as) e revisão geral dos salários.”

Subvertendo os princípios da democracia operária e a realização de uma assembleia soberana para definir os rumos da campanha, a direção do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação CPERS/SINDICATO, submeteu a campanha salarial dos funcionários das escolas, agentes educacionais de infraestrutura e alimentação, aos acordos estabelecidos em reunião no dia 20 de março com o secretário-chefe da Casa Civil, Artur Lemos, confiando na abertura de uma mesa de negociação. Ou seja, a direção do CPERS Sindicato definiu os rumos da campanha salarial em reunião com representantes do governo, ao invés de construir junto à categoria, discutindo em conjunto suas reais necessidades e seus métodos de luta.

O ato contou a participação majoritária dos funcionários das escolas sem grande adesão de professores.

Durante a assembleia do dia 22 de março foi apresentada uma proposta de destaque à proposta de piso da carreira, alertando sobre a insuficiência dos R\$1.500,00 para o sustento de uma família, ainda mais, tendo em vista, os consequentes descontos, e defendendo que a campanha seja pelo mínimo de R\$2.000,00. Proposta que foi rechaçada através da defesa da Presidente Elenir, que defendeu a manutenção da proposta do CPERS, conforme apresentado originalmente, devido a palavra dada pelo chefe da Casa Civil na já citada reunião.

Os funcionários das escolas, agentes educacionais, enfrentam uma dura defasagem salarial, prestes a completar 10 anos desde o último reajuste, seus salários base atualmente são de míseros R\$ 657,97 para 40h semanais. Com os frequentes pedidos de exoneração, consequência direta do salário de fome, e com a não promoção de novos concursos. A dura realidade de quem trabalha nos pátios e refeitórios das escolas estaduais é de extrema sobrecarga de trabalho, sendo comum jornadas diárias de 12 a 15 horas, que gera, invariavelmente, graves e sucessivos casos de doenças funcionais (tendo como agravante o desmonte do IPE-Saúde).

Apesar das reiteradas afirmações por parte da direção que o sindicato representa todos os trabalhadores da educação da rede estadual, na prática o que se percebe é um divisionismo da categoria. Além de não entrar numa luta consequente pela principal bandeira dos professores contratados, que representa 45% do corpo docente, que é a da efetivação imediata, fraciona a luta pela campanha salarial dos funcionários das escolas e dos professores, com duas datas de mobilização, isolando e enfraquecendo a luta pela urgente reposição salarial.

Se não bastasse o alarmante arrocho, a degradação salarial dos agentes educacionais se acentua devido aos empréstimos contraídos junto ao Banrisul que condena em até 40% o salário dos servidores, situação a que são obrigados a recorrer, devido ao salário de fome (R\$ 657,97). Sem contar o não pagamento de insalubridade para áreas de risco, como os técnicos das escolas agrícolas, os quais, inclusive sem o recebimento de EPI's necessários, trabalham com animais e defensivos agrícolas.

O CEPERS, dirigido pela CUT/PT, pretende se livrar logo da campanha salarial, sem grandes embates, para poder se dedicar à campanha eleitoral deste ano. A Corrente Proletária na Educação apoia a luta dos professores e funcionários das escolas e denuncia a postura de colaboração de classes da direção do Sindicato.

São Paulo

## Burocracia sindical do Sinpeem impede balanço da greve dos municipais

No dia 12 de abril, ocorreu a reunião de representantes de escola do Sinpeem. Após quinze dias do encerramento da greve dos trabalhadores de educação do município. O correto seria que essa reunião fizesse um balanço crítico da greve que durou 21 dias. Um balanço de seus acertos e erros, visando o fortalecimento da luta que necessariamente terá de vir em função das medidas do prefeito direitista, Ricardo Nunes.

No entanto, a burocracia se negou a fazer um balanço político do movimento grevista. Introduziu no dia da reunião de representantes de escolas uma palestra sobre a Saúde do Trabalhador, como forma de eliminar qualquer espaço de debate. Permitiu, muito a contragosto, depois de muitos protestos de correntes de Oposição, que cada inscrito tivesse apenas um minuto de fala. Isso, sem dúvida, não permitiu um balanço sério do movimento e muito menos discutir as perspectivas para o próximo período.

A Corrente Proletária expressou sua posição apontando a conduta burocrática e autoritária da direção majoritária do sindicato. Assinalou que a greve teve um papel positivo ao barrar a política

de subsídio do governo Nunes/MDB, mas não foi capaz de reverter a política de arrocho salarial, uma vez que o reajuste ficou em 2,16%, portanto, bem abaixo da inflação. Reafirmou que tal índice representou também menos da metade dos 5% conquistados no ano passado, com uma greve de poucos dias. Mostrou a debilidade da greve ao não conseguir quebrar o divisionismo imposto pelas direções sindicais do funcionalismo municipal. Apontou, ainda, o erro da tática constante da pressão parlamentar (pressionar os vereadores a rejeitar a proposta do prefeito) defendida pela direção. Por fim, defendeu o método da ação direta como forma de conquistar as reivindicações e enfrentar os ataques dos governos.

Na reunião do Conselho de Representantes, realizada no dia 16 de abril, a Corrente Proletária retomou o balanço da greve, ressaltando a disposição de luta dos servidores federais e a necessidade de unificação dessas lutas. Vinculou com o ascenso das greves do funcionalismo em vários estados contra os ataques dos governos, federal, estaduais e municipais. Mostrou que os capitalistas e governos, diante da crise econômica, despejam ataques profundos

sobre os trabalhadores, retirando direitos, arrochando salários, impondo a terceirização e a privatização. Por último, defendeu a necessidade de um 1º de Maio classista e internacionalista. Portanto, um 1º de Maio, anticapitalista, anti-imperialista, combativo, classista, independente e socialista. Rejeitou o 1º de Maio festivo,

eleitoralista e pró-governo convocado pelas burocracias da CUT, Força Sindical e aliadas, no Estádio de Futebol do Corinthians. E chamou os trabalhadores da educação a participarem do 1º de Maio classista e independente do governo na Praça da Sé.

São Paulo

## Ricardo Nunes mantém a falsa inclusão dos alunos PCDs

A greve dos trabalhadores municipais encerrou em 28 de março. Não conseguiu resolver um dos principais problemas, que é o da inclusão dos alunos PCDs e as salas superlotadas que dificultam a aprendizagem.

As salas de aulas estão superlotadas há alguns anos. No período pós-pandêmico, aumentou também o número de alunos PCDs nas escolas. Hoje, a média de alunos de inclusão é de 1 ou 2 alunos por sala de Ensino Fundamental I e de 2 a 5 por sala de Fundamental II. As salas lotadas dificultam a aprendizagem de todos os alunos, e, em particular, dos PCDs que se vêm prejudicados até nos seus cuidados. E a tendência é aumentar essa disparidade, principalmente nos bairros proletários, onde a carência é grande e as famílias buscam vagas nas escolas municipais por acharem que elas têm mais recursos materiais e humanos. O que os pais não sabem é que não existem estagiários para todos os PCDs. E que ainda há uma carência grande de professores e funcionários nas escolas para que elas funcionem diariamente.

O prefeito Ricardo Nunes sabe do problema e deixou proposadamente a maioria dos alunos com aprendizagem comprometida nestes 3 anos. Somente agora em época eleitoral resolveu correr com algumas ações paliativas. Antes da greve manteve as contratações emergenciais de professores e funcionários, chamou alguns concursados no período da greve e aumentou o número de estagiários por escola. Mesmo assim, o quadro de trabalhadores nas escolas continua precário.

O exemplo mais claro é o “Programa Aprender Sem Limites”. Os estagiários são contratados para acompanhar alunos de Inclusão- down, autistas de diversos graus e outros Transtornos Globais. Porém, não há quantidade de estagiários suficiente para acompanhar todos os alunos PCDs, que estão distribuídos em salas de aula. Na ausência do professor regente, os alunos PCDs dependem da benevolência de alguns funcionários, que também são poucos para acompanhar centenas de alunos. Nesta hora, es-

cancara a falha geral do processo educativo, que falta tudo, inclusive formação específica dos educadores para lidar com os PCDs. Tudo isso, aliado à superlotação das salas, torna impossível a qualquer professor desenvolver, aplicar e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, tanto dos alunos regulares quanto dos PCDs. Fica claro que o processo de inclusão não se resume apenas à escola e sim a toda uma gama de equipamentos voltados à saúde mental (CAPS-Infância Juvenil), Unidades Básicas de Saúde (acompanhamento pediátrico e psiquiátrico) e demais terapias que auxiliam no desenvolvimento da criança, que também os governos não oferecem acesso a todos que precisam dos serviços. É por falta dos serviços assistenciais básicos que os pais procuram matricular seus filhos na rede municipal, porque na rede estadual os serviços como Sala de Recursos, Estagiários e trabalhadoras para auxiliar as crianças nos seus momentos de alimentação, necessidades fisiológicas e higienização, praticamente são inexistentes.

Por último, o “Programa Parceiros da Aprendizagem”, que contrata estagiários para acompanhar e auxiliar o professor regente no processo de alfabetização de alunos do 1º ao 3º ano, até agora não conseguiu atingir a meta da alfabetização que, segundo o governo, deveria se dar até o 2º ano do Ensino Fundamental 1. Nunes reforçou esse Programa para usar como trunfo nas eleições futuras, mesmo sabendo que as demais turmas de 4º ao 9º anos continuarão na UTI da aprendizagem.

A greve foi importante para expor os problemas concretos vividos nas escolas e trazer à tona a incapacidade dos governos capitalistas de resolvê-los. A greve também trouxe uma importante lição: devemos ampliar a luta pela redução de alunos por sala, sendo no máximo de 15 em salas com PCDs. Temos de reabrir as salas fechadas e combater o processo de parcerias, terceirização e privatização. Não tem como sobreviver o ensino público sem essa luta aliada às melhorias nas condições de trabalho, salários e ensino.

São Paulo - Boletim da Corrente Proletária de abril

*A Corrente Proletária vem fazendo um trabalho junto às escolas, convocando para a greve do dia 26. O Boletim abaixo também foi divulgado nas reuniões de Representantes de Escolas, que ocorreram no dia 20 de abril. Publicamos abaixo as notas principais do Boletim de agitação à greve.*

**Somente a greve e as manifestações massivas de ruas poderão quebrar a intransigência dos governos**

Nesse momento, os sindicatos de técnicos administrativos das universidades federais estão há mais de um mês em greve. Os professores e funcionários dos Institutos Federais iniciaram a greve no início de abril. Os professores universitários (Andes/SN) começa-

ram a greve no dia 15 de abril. Professores da educação básica do Ceará, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco entre outros estados e municípios têm se colocado em favor da greve. Os trabalhadores da educação do município de São Paulo estiveram em greve por

21 dias. Os professores estaduais de São Paulo, na assembleia de 15 de março, aprovaram a convocação de uma paralisação no dia 26, com indicativo de greve. Essa breve síntese indica a disposição de ir à luta em defesa das reivindicações. E, também, as condições em que se encontra a grande maioria do funcionalismo público: arrocho salarial, eliminação de antigas conquistas, precarização das condições de trabalho, avanço da terceirização e privatização, aumento dos contratos temporários e autoritarismo das direções.

Em São Paulo, o ultradireitista Tarcísio de Freitas executa um plano devastador de desmonte dos serviços públicos. Seu plano de privatização da Sabesp, CPTM e Metrô está sendo colocado em prática. Os setores da saúde e educação estão à mingua com a política de corte de recursos. Basta ver a situação miserável em que se encontram os hospitais públicos, o Hospital do Servidor Público que já foi um centro de excelência se encontra sucateado e nas mãos de empresas terceirizadas, para citar apenas um exemplo. As condições das escolas nas periferias da capital são o retrato do abandono.

De conjunto, os governantes mantêm a política de arrocho salarial. O funcionalismo federal exige que o governo Lula reponha as perdas salariais. No entanto, Lula recusa a modificar sua proposta de parcelar o reajuste no curso de três anos, sendo que neste ano não haveria nenhuma correção. O prefeito de São Paulo, Nunes, impôs 2,16%, que sequer cobre a inflação oficial. Tarcísio finge de morto diante das reivindicações do magistério, encaminhadas desde o início do ano.

Como se vê, há uma política centralizada dos governos, sejam de direita, ultradireita, centro-esquerda, de desmonte dos serviços essenciais e de privatização. Política esta que implica cortes de

## Assembleia de 26 de abril deve marcar o início da greve

A última assembleia, realizada no dia 15 de março, aprovou o indicativo de greve. Durante um mês, os professores puderam discutir a paralisação e avaliar as condições para a greve. Nesse longo período, a situação das escolas e do professorado só pioraram. Tarcísio e seu serviço Feder não fazem outra coisa a não ser ampliar o autoritarismo, enterrando o que restava de liberdade de cátedra. Os diretores e coordenadores estão obrigados a exigir que os professores utilizem as plataformas, para que as metas sejam alcançadas e seus cargos estejam assegurados. Os alunos, individualmente, rejeitam o ensino pelas plataformas e os professores, também individualmente, rechaçam essa modalidade de educação privatizante e aligeirada. Nas escolas, predomina a indignação com os salários miseráveis e as jornadas de trabalho estafantes. Milhares de professores categoria O estão desempregados ou dependendo do trabalho semiescravo de eventual. Todos os dias os professores - efetivos e contratados - são sobressaltados com os avisos de fechamento de salas de aula. Eis aí o retrato calamitoso e bárbaro das escolas e dos trabalhadores da educação.

Nesse longo período, já são quatro meses, Tarcísio reafirma que: 1) não irá conceder reajuste salarial; 2) não modificará a con-

recursos, brutal arrocho salarial, imposição de subsídios em vez de salários e eliminação de direitos trabalhistas conquistados por meio da luta, como a evolução por tempo de serviço, quinquênios, sexta-parte etc.

O problema está em que o funcionalismo carece de uma política centralizada para enfrentar os governantes. As manifestações e greves continuam sendo corporativas, passivas e restritas aos locais de trabalho. Isso ocorre porque uma boa parte das direções sindicais rejeitam a unificação das greves, as manifestações conjuntas nas ruas, os piquetes e a unidade com outros trabalhadores. Estão empenhadas em levar a cabo a política de conciliação de classes, sejam pelas “mesas de negociação” com os governos, sejam pelas pressões aos parlamentares, por meio do slogan eleitoralista “se votar, não volta”.

A Corrente Proletária trabalha pela unidade do funcionalismo seja municipal, estadual ou federal. Exige que os governos atendam às reivindicações, que só podem ser conquistadas pela via das mobilizações, greves, ocupações e bloqueios. Rechaça a política de colaboração de classe das direções sindicais e defende a independência política e organizativa do funcionalismo e demais trabalhadores.



dição dos professores da categoria O; 3) não concederá a estabilidade para os contratados; 4) continuará fechando salas em qualquer mês do ano; 5) manterá o uso obrigatório das plataformas; 6) intensificará a avaliação de professores e direção de acordo com as metas de aplicação da plataforma; 7) ampliará as escolas cívico-militares, visando disciplinar autoritariamente da juventude pobre; 8) fará um leilão, em novembro, para empresas privadas assumirem a construção e gestão de 33 escolas públicas. .

Diante dessa situação, só há dois caminhos: 1) aceitar as imposições do ultradireitista Tarcísio; ou 2) responder com a aprovação da greve. O momento é agora. Há um movimento nacional do funcionalismo público, o que implica trabalhar pela unidade grevista. E há um enorme descontentamento do professorado e dos estudantes, o que coloca a tarefa de uma greve ativa com manifestações por todo o estado de São Paulo. O que atinge as pretensões eleitoralista do bolsonarista Tarcísio. Está aí por que é preciso rejeitar as reuniões de Representantes de Escolas virtuais e aumentar as visitas nas escolas para potencializar o movimento grevista. Paralisar as escolas e aprovar a greve.

## Lula, revogue o Novo Ensino Médio! Para isso, é preciso aprovar a greve

Os deputados e senadores já deram o seu veredito: aprovaram o relatório do ex-ministro de Educação do governo Temer, Mendonça Filho, responsável por essa contrarreforma do ensino médio. Os remendos aceitos pelos parlamentares não modificam em nada a sua essência. Trata-se de uma reforma regressiva, que

visa tão somente os interesses do capitalistas da educação. Está assentada no objetivo expandir o ensino a distância, a privatização, a terceirização e introduzir o chamado “notório saber”. E na eliminação da liberdade de cátedra do professorado, que será substituída pelas aulas pré-fabricadas pelas plataformas digitais. Os

únicos prejudicados serão os professores e os estudantes. Os que estão aplaudindo a aprovação são as empresas que parasitam os cofres públicos com a venda de materiais digitais e com os programas privatistas voltados à juventude oprimida fadada a recorrer ao mercado de trabalho informal para sobreviver. Não por acaso, a Fundação Lemann, Todos pela Educação, a Multilaser e outros privatistas estão festejando essa aprovação.

Durante algum tempo, as direções sindicais fizeram campanhas contra a aprovação do Novo Ensino Médio (NEM). No entanto, após a eleição de Lula e a posse do ministro da Educação, o petista Camilo Santana, houve um desmonte do movimento contra o

NEM. No lugar, veio a farsa da consulta e das emendas à reforma de Temer. Esse caminho fracassou. Venceram Temer, Mendonça Filho e os parasitas da educação pública. Após essa experiência negativa, é preciso retomar as mobilizações contra o NEM.

A Corrente Proletária defende que as direções sindicais e estudantes convoquem as assembleias, para aprovar a luta para derrubar mais uma contrarreforma na Educação. Exige que Lula e seu ministro da Educação cumpram a promessa anunciada nos palanques eleitorais e revoquem o Novo Ensino Médio. Nesse sentido, a assembleia da Apeoesp de 26 de abril tem a tarefa de rejeitar o NEM, por meio da greve e manifestações de rua.

## Eixos fundamentais da greve

As reivindicações são muitas, porque as condições de precarização da educação pública vêm se deteriorando há muito tempo. No entanto, a assembleia deve aprovar as reivindicações que unificam o magistério e os estudantes.

Nesse sentido, a Corrente Proletária defende:

1) Reposição salarial. Um reajuste de 32,3% para repor o poder de compra dos trabalhadores da educação;

2) Abertura de todas as salas e turnos fechados. Que o número de alunos por sala não exceda 25;

3) Efetivação a todos os professores da categoria O. Estabilidade a todos;

4) Revogação do Novo Ensino Médio. Liberdade de cátedra. Fim da farsa do ensino privatizante ditado pelas plataformas digitais.

São Paulo

## Plenária da Corrente Proletária na Educação

No dia 13 de abril, a Corrente Proletária realizou uma plenária, reunindo militantes e simpatizantes. A plenária contou com cinco pontos: 1) um balanço do trabalho junto às escolas de convocação da assembleia dos professores estaduais; 2) avaliação das greves dos servidores federais; 3) discussão sobre a situação política e as greves no funcionalismo; 4) balanço dos 21 dias de greve dos trabalhadores da educação do município de São Paulo; 5) leitura da apresentação do folheto sobre a greve no município.

É necessário destacar a importância da retomada das plenárias regulares da Corrente Proletária, que objetivam fundamentalmente reunir simpatizantes que estão se aproximando das ideias do POR e impulsionar o trabalho prático junto aos trabalhadores da educação e estudantes.



Rondônia

## Mais uma manobra da direção do Sintero

Desde o início do ano letivo que os trabalhadores da educação do estado cobram do sindicato a luta em defesa das reivindicações, que o governo se nega a atender. Na assembleia, aprovou-se o início da greve para o dia 15 de abril. Mas, a burocracia do sindicato foi longe demais com as manobras. Disse que houve um descuido, ao invés de constar em ata a deliberação de greve, foi registrado indicativo de greve, o que não cumpre o prazo regimental das 72 horas antes de iniciar a paralisação.

Diante dessa situação, a direção convocou uma assembleia para o dia 16 de abril, para comunicar o “descuido” e se retratar pelo fato de enviar “às pressas” o aviso aos professores irem para as escolas no dia 15, que deveria ser o início da greve. Os burocratas aproveitaram para dar o informe que a Secretaria da Educação apresentou a proposta de um reajuste para a gratificação da do-

cência, que atualmente é de R\$620 reais, passando para R\$920,00, levando em consideração os professores readaptados e em fase de aposentadoria, desatrelada das 32 aulas. Para a gratificação de unidade escolar, foi proposto o R\$420,00 para todos os profissionais. Atualmente o valor é de R\$120,00. O prazo dado pela SEDUC para finalização da proposta completa é até 14 de julho. Disse que estas propostas ainda precisam ser aprovados pelo governo e pela Assembleia Legislativa. A Secretária de Estado da Educação, Ana Lúcia da Silva Silvino Pacini, informou ainda que as gratificações serão pagas a partir do mês de julho.

Após os informes, a categoria mais uma vez demonstrou inconformismo e disposição de luta para que suas reivindicações fossem atendidas, rejeitando a proposta do governo, tidas como imorais. No entanto, a maioria das regionais, um total de sete, de-



liberou por uma contraproposta mínima, como tentativa de desmobilizar e boicotar a greve, agora prevista para iniciar em 22 de abril. A base presente reformou a proposta de greve e que uma contraproposta deveria ser defendida por meio da greve. Mas, como de costume, a burocracia do sindicato jogou mais um balde de água fria, quando disse: “A contraproposta mínima direciona para que inicie as negociações com o aumento na gratificação de docência no valor de R\$1.200 e na gratificação de unidade escolar para R\$500, com efeito financeiro a partir de maio de 2024, além de

outras propostas concretas para o atendimento do plano de valorização da categoria, que são lutas do SINTERO.”

A Corrente Proletária/POR denunciou a conduta traidora da direção e a contraproposta do sindicato. Defendeu o piso salarial equivalente ao salário mínimo vital, que segundo o Dieese deve ser R\$ 6.842,00 e a redução da jornada sem redução dos salários. E se colocou pela greve, como único caminho para conquistar as reivindicações dos professores.

Rio de Janeiro

## Demissão de professores

*Que o SEPE convoque uma assembleia para aprovar a luta contra as demissões*

O Município do Rio de Janeiro, na semana do dia 2 de abril, demitiu 787 profissionais da educação que estavam em regime de contrato. O SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro) sequer fez uma publicação em sua página oficial sobre o fato. Diferentemente da linha do POR, que exige uma efetivação desses profissionais, na rede existe um descaso por parte do SEPE, que não oferece apoio a essa parte categoria. O sindicato, dirigido por alas do PSOL está empenhado em garantir o governo e se prepara para as eleições municipais.

Nas escolas onde houve perda desses profissionais, os alunos não terminaram o primeiro bimestre. Foi preferível, pelo governo, deixar os alunos sem aulas. Algumas unidades escolares perderam 3 ou 4 professores de uma vez.

Eduardo Paes (PSD), atual prefeito do Rio de Janeiro, que está tentando a reeleição por não ver nenhum candidato oferecendo risco à sua campanha, já diminuiu a verba da merenda escolar, retirou parte do lanche dos alunos e nem ao menos responde às reivindicações dos profissionais da educação.

O Rio de Janeiro vai ter um 1º de Maio com demissões em massa, com escolas com falta de professores, sem reajuste salarial,

em luta pela renovação do vale refeição (que é de R\$ 200,00s atualmente), enquanto as centrais sindicais festejam o governo Lula e os sindicatos estaduais não estão interessados na unificação da categoria e das lutas instintivas que brotam aqui e ali.

Como está dito no Boletim Nossa Classe de abril, as Centrais Sindicais estão convocando atos festivos para o 1º de Maio. Se utilizarão desses atos para prestar apoio ao governo Lula. Em resposta, o POR está em campanha por um 1º de Maio classista e internacionalista, que defenda os empregos, salários e direitos, além de se colocar em defesa do povo palestino e contra todas as guerras de dominação.

A Corrente Proletária na Educação defende que o SEPE convoque imediatamente uma assembleia para aprovar a luta pelo emprego dos 787 professores demitidos. Sem luta, o governo continuará sucateando a educação pública e explorando cada vez mais os profissionais da educação. É fundamental a campanha pela efetivação de todos os professores contratados. Trata-se de uma reivindicação nacional dos trabalhadores da educação. Basta ver o que se passa com os professores contratados em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e em outros estados.

São Paulo

## Escancara mais uma corrupção na prefeitura de São Paulo

No dia 15 de abril, a Promotoria de Justiça do Ministério Público de São Paulo acusou a prefeitura de omissão na contratação de empresas de transportes, a Transwolff e a UPBus, acusadas de ter ligação com o PCC. As empresas assinaram o primeiro contrato com a prefeitura de São Paulo em 2015, na gestão de Fernando Haddad (PT). Em 2019, foi renovado com Bruno Covas e seguida por Ricardo Nunes (MDB). Tais empresas atuam em linhas de ônibus nas zonas Sul e Leste da capital. Nunes afirma que a contratação seguiu a legislação proposta pelo edital e que a Receita Federal emitiu certidão positiva para as empresas. E que deveria ser feita a investigação na gestão de 2015 (de Haddad).

O que ele não conta é que desde 2022 a própria Controladoria Geral do Município de SP (CGM) investiga a UPBus por suposta lavagem de dinheiro de organizações criminosas. Os resultados da sindicância, diz a CGM, “é sigilosa e está dentro dos prazos”, sem revelar detalhes do que foi apurado. Essas investigações estão sendo conduzidas pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo que quer apurar se houve a participação de agentes públicos no esquema.

O crime organizado, ao se infiltrar nos serviços públicos do estado, por meio de empresas de ônibus, de lixo e organizações sociais e de saúde, realiza lavagem de dinheiro proveniente do crime organizado. E o investimento recebido do estado é reinvestido segundo os interesses da facção, seja em empresas patrimoniais ou em empresas de fachada.

Há 20 anos, o Primeiro Comando da Capital (PCC) se infiltrou nos serviços públicos e sua atuação ganhou contornos de máfia. O esquema sofisticado de lavagem de dinheiro foi descoberto devido a sonegação de impostos. Desde 2015, a empresa já recebeu da prefeitura de São Paulo a quantia de R\$ 5,3 bilhões. Com a investigação do Ministério Público, três dirigentes da Transwolff estão presos e um dirigente da UPBus, está foragido. Agora, mais três vereadores também foram detidos.

Esse é mais um exemplo de negócios promovidos pelo crime organizado, que tem por trás a burguesia narcotraficante. Negócios fraudulentos potenciam as facções criminosas, boa parte vindos dos cofres públicos. Quando extrapola o que consideram normal, os governantes e a Justiça se vêm na obrigação de armar uma investigação e punir este ou aquele envolvido. No entanto,

não podem ir além disso, porque a corrupção está por todos os lados, é parte inerente do capitalismo.

A Corrente Proletária denuncia a corrupção nos transportes coletivos. Rejeita a investigação feita pelos próprios representantes do Estado. E defende a estatização de todo o transporte coletivo, sob o controle dos trabalhadores e usuários. Faz parte dessa campanha a luta contra a privatização do Metrô e da CPTM, promovida por Tarcísio e Nunes.

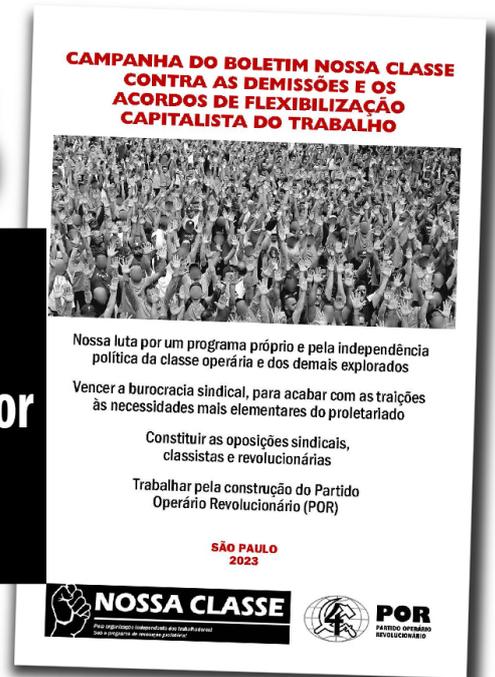
## Nota de falecimento

Com muita tristeza, a Corrente Proletária/POR perdeu no dia 16 de abril a companheira professora Jeovana. Muito conhecida no partido por suas intervenções classistas nos Congressos e Conferências. Jeovana foi por muito tempo operária, por isso assimilou a importância do POR em propagandear as ideias revolucionárias junto à classe operária. Fazia com paixão o trabalho de distribuição do Boletim Nossa Classe no corredor fabril da zona Leste. Nos últimos meses, vivia o mesmo drama de milhares de professores contratados, correndo atrás de aulas como categoria O. As condições difíceis da família e o desemprego abalaram a companheira, que sofreu um infarto. Chegou a fazer a cirurgia, mas uma infecção hospitalar levou a companheira Jeovana.

Jeovana estará sempre presente na luta pela construção do POR.

**R\$5**

**Adquira  
com o  
distribuidor  
do Nossa  
Classe:**



## Formação Política

# Grupo de Estudos do POR discute o livro Imperialismo, fase superior do capitalismo

O Grupo de Estudos do Marxismo, organizado pelo POR, tem realizado seus encontros semanalmente e de forma virtual. O livro que estamos estudando no momento é o “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, do Lênin.

Os estudos são feitos de forma a extrair as conclusões práticas de atuação na luta política, o que elimina qualquer ideia de formação acadêmica. Ademais, a primeira meia hora de todos os encontros é dedicada aos informes e comentários sobre os problemas políticos da semana, acontecimentos, manifestações etc. Um grupo coeso de poristas e simpatizantes têm participado ativamente do estudo que já chegou no terceiro capítulo do livro.

O primeiro encontro dessa série foi dedicado aos prefácios e à apresentação geral do texto, contexto em que foi escrito etc. O livro, que busca apresentar um “quadro de conjunto da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais”, foi escrito durante a primeira guerra mundial, a primeira guerra imperialista, onde as condições de degradação do capitalismo em sua fase última já estavam dadas. Eis o que afirma, “Este livro mostra que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das esferas de influência, do capital financeiro, etc.”

Tratava-se de identificar com precisão o caráter de classe da guerra para assim dar uma resposta coerente com os princípios do internacionalismo proletário e com a estratégia própria de poder da classe operária. “Com efeito, a prova do verdadeiro caráter social ou, melhor dizendo, do verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na análise da situação objetiva das classes dirigentes de to-

das as potências beligerantes. Para ilustrar essa situação objetiva, é preciso considerar não exemplos e dados isolados (dada a infinita complexidade dos fenômenos da vida social, podem-se encontrar sempre os exemplos ou dados isolados que se queiram para confirmar qualquer hipótese), mas todo o conjunto dos dados sobre os fundamentos da vida econômica de todas as potências beligerantes e do mundo inteiro.”. Ainda no prefácio Lênin anuncia o que será afirmado no conjunto da obra, o imperialismo, é “o prelúdio da revolução socialista”, cuja formação dos monopólios eleva ao máximo a coletivização da produção, permanecendo nesta fase a apropriação privada, que será abolida com a revolução proletária. “A produção torna-se social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência é mantido nominalmente, e o jugo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável.”

O primeiro capítulo gerou grande interesse dos participantes que fizeram perguntas e colocações pertinentes ao tema. Trata-se do capítulo dos monopólios, que com “O enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo.” O fundamental foi mostrar que a tendência capitalista a concentração de capital, em um determinado grau, “conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas.”

Discutimos a forma monopolista de atuação dos grandes capitalistas, seja através do processo de integração, abarcando diferentes ramos e etapas da produção, o que difere substancialmente da fase anterior, concorrencial, seja através da formação de trustes e cartéis. Esse ponto gerou bastante interesse e curiosidade dos participantes, que costumam ouvir essas expressões muitas vezes mal explicadas pela mídia burguesa. A integração permite um maior controle sobre os custos de produção e até mesmo sobre as oscilações do mercado por conta de fenômenos naturais ou outros. Já os trustes e cartéis são formas de associação dos capitalistas, para dominar um determinado mercado/ramo, esmagar pequenos concorrentes, ampliar a técnica e a produtividade, no caso do primeiro, ou para controlar os preços, prazos e pagamentos, no caso do segundo.

Lênin vai buscar em Marx a demonstração de que o monopólio é consequência da concentração, e diz, “Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maioria dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da

produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio se tornou um fato. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que “o marxismo está refutado”. Mas os fatos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e quer o queiramos ou não, é preciso tê-los em conta. Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, apenas trazem consigo diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, enquanto que o aparecimento do monopólio, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo.”

Ressaltou-se, no estudo, que o monopólio, por seu poder superior na economia capitalista, “pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também criam-se associações monopolistas gigantescas que se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado e estes grupos “partilham” entre si, por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América - estão nas mãos dos monopólios.”

Apesar desse livro ter sido escrito há mais de cem anos, mostra-se de fundamental importância seu estudo e compreensão para o capitalismo do nosso tempo. O estudo e a luta prática junto ao proletariado e sob seu programa revolucionário mostra que a fase imperialista só se modificou em grau, em quantidade, mas sua essência segue sendo a mesma, o que exige da vanguarda uma atuação decisiva sob a estratégia revolucionária, sem vacilações, com a compreensão legada pelo leninismo e pelo bolchevismo que o imperialismo é a fase última do capitalismo.

A conclusão do estudo, assim como do capítulo, foi a de preparar o terreno para o próximo capítulo, onde o papel dos bancos, que se modificou nesta última fase capitalista, seria discutido. Nas próximas edições do Jornal Massas daremos continuidade à apresentação das principais conclusões extraídas dos próximos capítulos. Lênin conclui, “Monopólio, eis a última palavra da “mais recente fase de desenvolvimento do capitalismo”. Mas se não levarmos em consideração o papel dos bancos, apenas teremos uma noção extremamente insuficiente, incompleta, reduzida, do efetivo poderio e do papel dos monopólios.”



## Paraná

### Grupo de Formação Política

Continuam realizando as reuniões de estudo do Grupo de Formação Política na Universidade Estadual de Londrina (UEL), que desde a semana de 15 de abril passaram a ser semanais. Este grupo funciona desde agosto de 2023 e tem se dedicado ao estudo dos clássicos do marxismo, Marx, Engels, Lênin e Trotsky.

Neste momento, o grupo está debatendo o livro do Lênin “O Estado e a Revolução”, obra cuja finalidade é a de reestabelecer a verdadeira doutrina marxista do Estado, segundo palavras do próprio Lênin, problema que os participantes consideram em plena vigência, pois se verifica no movimento estudantil uma grande desorientação política, o que na verdade significa o predomínio das variantes revisionistas que Lênin critica, caracteriza e combate nesse livro.

A defesa da Universidade Pública só será possível com a retomada do movimento estudantil, para a qual será necessário romper

com a camisa de força do reformismo que controla o ME. A Corrente Proletária/POR defende a constituição de uma corrente que expresse a política do proletariado dentro da universidade e o Grupo de Formação Política tem a finalidade de construir essa corrente.



Paraíba

## Formação do POR em João Pessoa articula a relação entre a luta dos quilombos, dos palestinos e dos servidores públicos.

Aconteceu no dia 13 de abril, no Quilombo de Paratibe, a terceira formação do POR em João Pessoa, capital da Paraíba. Foram discutidos três temas – a luta dos quilombos da Paraíba, a questão do genocídio palestino e uma avaliação das greves da educação federal e estadual. A militante responsável pela abertura da atividade destacou que um dos objetivos era entender a raiz comum dos ataques aos povos quilombolas, aos palestinos e à educação, bem como a necessidade de unificar tais lutas.

O primeiro tema foi aberto por Francimar da AACADE – Associação de Apoio a Assentamentos e Comunidades Afrodescendente da Paraíba – militante na luta pelo auto-reconhecimento e titulação das terras quilombolas na Paraíba, e que reuniu um histórico dos quilombos paraibanos e a luta por recuperar e estabelecer seus territórios.

Pelo quilombo de Paratibe, Vera, uma das filhas da família que lidera a luta política no local, compartilhou sua experiência de 50 anos vivendo e observando o quilombo mudar, as terras tomadas e o avanço da especulação imobiliária que causou e causa profundos problemas para a população que vive no local. O debate que se seguiu buscou articular os relatos com a questão da propriedade privada como ferramenta para a tomada das terras quilombolas e a colonização racista de Israel sobre o povo palestino, chamando também a atenção para o seu caráter de classe.

O segundo ponto começou com uma fala de um militante do POR, que procurou sintetizar as raízes históricas da questão da colonização da Palestina pelos sionistas, amparados pelo imperialismo inglês e americano. Também frisou alguns pontos centrais da política para a luta pela autodeterminação dos palestinos, como o problema por trás da política dos dois Estados. Defendeu que o problema da opressão tanto aos judeus quanto aos palestinos passou para as mãos do proletariado e da revolução socialista e que ambos os povos podem viver harmoniosamente em uma república socialista, luta que compõe a luta geral pela fundação dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. O livro Palestina teve boa recepção.

Para a abertura do ponto final, lemos o texto da Corrente Proletária/POR, “Todo apoio à greve da educação federal”, que foi seguido por inúmeras falas de militantes e contatos que estão atuando nas greves da Fasubra, Sinasefe e Andes e movimentos do funcionalismo estadual na PB, PE, RN e CE. Foi um momento muito rico, mostrando uma disposição geral do funcionalismo em construir o movimento paredista por suas reivindicações, sobretudo salariais e de reestruturação das carreiras. Também ficou evidente o papel traidor e governista das direções que, sobretudo nos casos estaduais, têm lançado de todas as manobras possíveis para trair e golpear a luta ativa da base dos trabalhadores e trabalhadoras. Apresentou-se o caso do Ceará em que a diretoria da APEOC (PCdoB, PT e PSOL) impediu a votação da assembleia de

### FORMAÇÃO POLÍTICA




**>>> Parte 1**  
Abertura com liderança quilombola

**>>> Parte 2**  
Lançamento do livro da Palestina

**>>> Parte 3**  
Balanço das campanhas salariais, greves e lutas por democracia sindical

**13 DE ABRIL • 14H**  
Quilombo de Paratibe  
João Pessoa - PB





Confirme a participação

[pormassas.org](http://pormassas.org)

[massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)

[\(11\) 9 5446-2020](tel:(11)95446-2020)

greve e a base se ergueu, inclusive jogando cadeiras nos traidores. O caso da Paraíba mostra uma burocracia extremamente violenta, que no comando do sindicato do magistério estadual coloca seguranças armados nas assembleias, impede falas e até mesmo desfilia opositores.

A atividade foi bastante positiva. Houve a presença de pessoas da PB e de PE que participaram pela primeira vez, bem como de simpatizantes que estiveram nas formações anteriores. Muitos dos participantes entrevistaram principalmente nos pontos sobre as lutas quilombolas e as greves da educação. Apesar de terem sido desenvolvidos três temas, foi possível alcançar o objetivo de articular tais lutas e elevar a compreensão dos presentes. Vários participantes adquiriram o livro. A experiência foi uma mostra de como os mais engajados nas lutas percebem claramente a necessidade de formação e o problema da crise de direção, uma vez que as direções agem violentamente para impedir as lutas, blindar os governos e atacar as oposições. Impulsionar as reivindicações e construir quadros classistas capazes de dirigir os movimentos juntos as bases é um caminho para superar a crise de direção, aplicar o problema de transição e construir o Partido Operário Revolucionário como parte da reconstrução urgente do Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional, tarefa que tem sido encarnada pelo CERQUI.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Nesta edição:

**1º de Maio**

- Declaração do CERQUI: O imperialismo leva a humanidade à barbárie

**Argentina**

- O governo de Milei é expressão da decadência e da barbárie capitalista  
- Mobilização histórica neste 24 de março; - 48 anos do golpe genocida

**Palestina**

- Manifesto: Irã reage ao atentado terrorista de Israel contra sua embaixada na Síria  
- São Paulo: Manifestação contra o genocídio na Palestina  
- Defesa do POR e do CERQUI, frente à campanha de mentiras e calúnias do PPRI  
- São Paulo - Curso de formação - Raízes históricas da colonização sionista 60 anos do golpe militar de 64; - Nota da reunião da frente Palestina de 20 de abril

**153 anos da Comuna de Paris**

**Trotsky** - A natureza de classe do Estado soviético



# Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Declaração do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional)

Ao 1º de maio

## **O imperialismo leva a humanidade à barbárie**

**Crescem não só desemprego e a precarização trabalhista em todo o mundo, como também a fome, a pobreza, a marginalização, as migrações massivas, o avanço contra os direitos trabalhistas, o saque dos recursos dos países semicoloniais, o endividamento e o parasitismo financeiro, e se acelera o intervencionismo militar, o armamentismo, as guerras cada vez mais ampliadas para sustentar a hegemonia dos Estados Unidos e aliados.**

*Somente a classe operária, unida e organizada, com seus próprios métodos de luta, pode responder a tamanha crise histórica com sua estratégia política, dirigindo a rebelião dos oprimidos*

18 de abril de 2024

Assistimos ao agravamento extraordinário da escalada militar impulsionada pelo imperialismo. Ou seja, pelos EUA, rodeados pelas potências europeias que se submetem aos seus ditames e apoiados no seu braço armado, a OTAN, que declarou expressamente que o seu alvo militar é a China e, por ora, a Rússia.

As provocações de Israel fazem parte desse fenômeno, já que não poderia levar adiante sua política genocida e expansionista contra o povo palestino se não contasse com o apoio militar, político e financeiro dos Estados Unidos, corresponsáveis pelo assassinato de mais de 33 mil pessoas (a maioria crianças, idosos e mulheres), mutilando dezenas de milhares, com um número significativo de desaparecidos, destruindo suas cidades, seus hospitais, impedindo o acesso a alimentos, água potável e eletricidade. Seus ataques no Líbano, Síria, Iêmen, o ataque à embaixada iraniana na Síria, são provocações que procuram estender a guerra a todo o Oriente Médio.

A guerra comercial foi potenciada pelos EUA na última década, após a crise econômica e financeira de 2008-2009 que eclodiu em suas entranhas e se espalhou pelo mundo. Desde o início, o CERQUI alertou sobre a tendência de que a guerra comercial se transformaria em bélica. Todos os oprimidos do mundo são afetados por estas guerras, bem como pelo aumento do preço da energia e dos alimentos.

O capitalismo não pode resolver suas principais contradições: o elevado grau alcançado pelas forças produtivas bloqueadas pelas relações de produção e pelas fronteiras nacionais; o esgotamento da partilha do mundo pactuada após a Segunda Guerra Mundial; a potente crise de superprodução; a tendência à queda da taxa de lucro; o parasitismo financeiro crescente etc. O capitalismo em sua última fase imperialista está esgotado, precisa destruir massivamente as forças produtivas para recomeçar algum desenvolvimento. O CERQUI insiste que o capitalismo não pode ser reformado e, para sobreviver, precisa arrancar os direitos conquistados pelas massas, causando cada vez mais penúrias aos oprimidos em todo o mundo, não só nos países atrasados, semicoloniais, mas também nas metrópoles.

O imperialismo descarrega sua crise sobre as semicolônias, impondo-lhes um papel na guerra comercial: abastecer as potências com seus recursos de forma privilegiada, bloqueando ao máximo o comércio e as relações com a China, desmantelando suas indústrias para privilegiar a produção de produtos primários para exportação, privilegiando o pagamento de suas enormes dívidas.

Também se esgotam as formas democráticas de dominação. A decomposição imperialista e seu desespero em se apoderar das empresas, dos recursos e dos países empurram os partidos, as instituições e os governos, cada vez mais à direita, a aplicarem

métodos ditatoriais para levar adiante as exigências do capital financeiro. O que ocorre nas semicolônias e também nos países imperialistas.

Os movimentos nacional-reformistas que chegaram aos governos na América Latina acabaram fazendo pactos com a direita oligárquica, renunciando até mesmo ao seu antigo discurso. As massas que tinham ilusões nesses partidos e movimentos veem suas ilusões frustradas e começam a se chocar contra sua impotência e incapacidade para resolver problemas. As burguesias locais não oferecem resistência à prepotência avassaladora do imperialismo que pisoteia a soberania de seus países, que saqueia por todos os meios para impor sua vontade. É nesse marco que emergem e crescem as expressões da ultradireita.

É preciso pôr em pé um grande movimento anti-imperialista internacional, dirigido pela classe operária, pelos seus partidos, pelos seus sindicatos, que convoque os oprimidos a se rebelarem contra a opressão imperialista, para acabar com a guerra e o armamentismo, para expulsar os EUA da Europa, do Oriente Médio e da América Latina, para desmantelar a OTAN, que é uma ameaça para a humanidade, e fundamentalmente em defesa do povo palestino, para acabar com o seu massacre.

Manifestações multitudinárias e atos se repetiram em todo o mundo em solidariedade ao povo palestino, denunciando o genocídio do Estado terrorista israelense, dirigido pelo sionismo, ideologia racista, fascista e colonizadora da burguesia judia ligada ao imperialismo. É um grande passo adiante, mas insuficiente. A luta deve ser redobrada e assumida pela classe operária, sem qualquer esperança de que os organismos internacionais ou os governos sejam capazes de deter o terror. A extensão das guerras, dos atentados e das provocações militares mostram ataques e provocações militares mostram que a tendência para uma Terceira Guerra Mundial está presente e deve ser interrompida e derrotada! Ninguém estará salvo em uma nova guerra mundial.

Para impedir que essa catástrofe ocorra, é preciso levantar os oprimidos do mundo sob a direção da classe operária. Movimento esse voltado a acabar com o poder financeiro, expropriando-o, estatizando os principais ramos da economia em cada país, desconhecendo as dívidas, pondo fim ao saque das riquezas nacionais, reabrindo as fábricas que foram fechadas, eliminando a ditadura de uma minoria cada vez mais concentrada que detém os grandes meios de produção para colocá-los a serviço da grande maioria, para superar o caos capitalista, ordenar e planejar a economia desbloqueando as forças produtivas contidas. A classe operária dos países imperialistas se colocaram em movimento. Nos Estados Unidos, França e Inglaterra houve grandes lutas no último ano, apesar das limitações burocráticas de suas direções, e do caráter estritamente econômico de suas reivindicações.

Esta deve ser a orientação central em nossos países, o que obriga a resolver a crise de direção política. A classe operária poderá dirigir esses processos se se tornar politicamente independente dos partidos e movimentos burgueses, que defendem o capitalismo, a grande propriedade privada e a exploração do trabalho. Para libertar a sociedade, é imperativo libertar-se a si mesma como classe, sómente assim pode ser uma verdadeira direção dos os oprimidos e poderá constituir a frente única anti-imperialista. Sua independência política se concretiza construindo os partidos revolucionários em cada país e reconstruindo a IV Internacional como o Partido Mundial da Revolução Socialista, apontando claramente que não há caminhos intermediários, que não há soluções parlamentares, constituintes ou eleitorais, que não há outra perspectiva para a humanidade senão a revolução social, acabando com a ditadura do capital, derrubando a burguesia.

A história já mostrou tragicamente que todas as tentativas e caminhos intermediários fracassaram. Aprendamos com a própria história do movimento operário, com o fracasso e a traição da socialdemocracia que passou para o campo do imperialismo no início do século passado; com o papel contrarrevolucionário do

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

## SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

estalinismo responsável pela destruição da III Internacional, pela liquidação do Partido Bolchevique e os milhares de quadros que dirigiram a grande Revolução Russa, de ter acreditado que o socialismo poderia ser construído em um só país, de ter promovido a coexistência pacífica com o imperialismo e de ter se tornado restauracionista destruindo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), levando à perda das grandes conquistas da classe operária.

A Quarta Internacional, que tinha a obrigação de ocupar o papel de direção, fracassou por causa do revisionismo de suas direções após o assassinato de Trotsky. Alguns tornaram-se seguidores do estalinismo e dos movimentos nacionalistas, outros tornaram-se foquistas e outros democratizantes, defensores das saídas parlamentares e constituintes. Todos abandonaram o Programa de Transição e a luta pelo poder, pela revolução e ditadura proletárias. Renegaram o comunismo e a necessidade de construir partidos revolucionários seguindo os ensinamentos de Lênin e Trotsky.

**Derrotar o imperialismo, expulsar a OTAN, acabar com os armamentismo, acabar com suas guerras!**

**Todo apoio às nações oprimidas que se levantam contra a opressão imperialista. Viva a luta do povo palestino!**

**Organizemos a frente única anti-imperialista sob a direção da classe operária!**

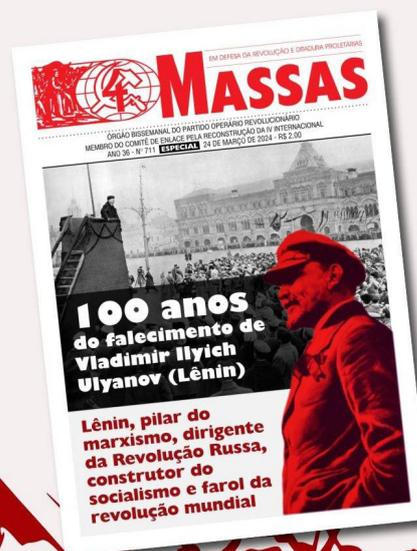
**Reconstruamos o Partido Mundial da Revolução Socialista, a Quarta Internacional!**

**Viva o internacionalismo proletário!**

**Viva o socialismo, viva o comunismo!**

## JORNAL MASSAS

ANO 36 - Nº 711 ESPECIAL | 24 DE MARÇO DE 2024



Adquira o Jornal Massas e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelo meios de contato:

(11) 9 5446-2020

massas.por

pormassas.org

anchor.fm/por-massas

por@pormassas.org

t.me/massas\_por

Argentina - Editorial

# O governo de Milei é expressão da decadência e da barbárie capitalista

*Somente o programa revolucionário da classe operária permitirá superar a crise*

## A crise se aprofunda

A inflação continua extraordinariamente alta, apesar da queda muito acentuada do consumo e da liquefação monetária. Obriga o governo a intervir no mercado para convencer os formadores de preços a não aumentarem, a baixarem alguns preços e abrirem as importações para produtos de consumo, para pressionar para baixo os preços que são mais altos do que na Europa.

A recessão provocada já produziu dezenas de milhares de demissões e também a queda da arrecadação de impostos, portanto, a possibilidade de equilíbrio fiscal está diminuindo e novos ajustes são necessários para atingir o déficit zero. Uma fraqueza do governo é ter de mentir continuamente sobre os milhares de dólares que virão do exterior, ou os sucessos na compra de dólares, ou a recomposição das reservas do Banco Central. O que mostra a ausência de um programa econômico “sustentável”, como exige o FMI. O governo continua acumulando dívidas em dólares.

Os exportadores pressionam por uma desvalorização e a eliminação das retenções, argumentando que a inflação extraordinária dos últimos meses já deixou o valor do dólar desatualizado e querem que ele seja restaurado. Isso significaria um maior incremento da inflação e que se conclua a manobra financeira que montou Caputo. Além disso, os aumentos tarifários deste mês terão um forte impacto na taxa de inflação. O governo precisa desesperadamente que os exportadores liquidem suas safras para colocar as mãos nos dólares. Ele não pode levantar o cepo cambial e unificar as taxas de câmbio porque sabe que os dólares vão fugir imediatamente.

## O ataque avança

Embora o governo foi derrotado na sua Lei Ônibus e parcialmente derrotado no seu DNU no Senado (Decreto de Necessidade e Urgência), e tenha tido de preparar uma lei menor para enviar nestes dias ao Congresso, os efeitos de suas políticas são contundentes para os oprimidos, despedaçando seu poder de compra, mais demissões e suspensões para milhares e orçamentos que se esgotam rapidamente para saúde e educação e todo tipo de cortes na assistência às famílias, a começar pelos refeitórios populares.

A única coisa que pode frear esse quadro de degradação é um reajuste urgente de salários e aposentadorias, revertendo demissões, controlando preços e tarifas, reativando e multiplicando obras públicas para gerar empregos. Para que essas medidas limitadas sejam possíveis, não basta apenas resistir a Milei-Caputo, eles devem ser derrubados.

## Os empresários mais poderosos e os EUA estão por trás do governo

Não importa as loucuras ou disparates de Milei e seus funcionários. Os grupos capitalistas mais poderosos estão vendo a oportunidade de multiplicar seus lucros e operar rapidamente um saque maior, aproveitando o fato de que o governo abriu a porta para conceder-lhes tudo o que exigiam e muito mais. O mesmo vale para a Embaixada, que atua como o

verdadeiro dono, levando o governo pelo nariz a aplicar suas políticas de guerra comercial contra a China, contrariando o interesse nacional.

Todos eles atuam sobre governadores e legisladores para aprovar suas leis e apoiar suas medidas. Precisam que o Congresso aprove políticas para que tenham alguma legitimidade. As ideias de acabar com o Banco Central e dolarizar foram deixadas de lado. Mas também há setores empresariais que parecem não se beneficiar tanto e não acompanham todas as aventuras.

## A oposição política burguesa também está em crise

Juntos por el Cambio se quebrou, a crise obrigou Macri a negociar a liderança do PRO com Bullrich, e Larreta parece distante. A União Cívica Radical aparece dividida entre os governadores, os legisladores que os seguem e a liderança nacional de Losteau. E também o Partido Justicialista, que realizou o seu Congresso e não pôde tomar qualquer decisão contra o governo Milei, a não ser preparar as próximas eleições.

Todos eles estão amarrados à defesa da grande propriedade, para garantir a governabilidade, o respeito aos acordos com o capital financeiro e o apoio às reformas. Alguns se escondem atrás da rejeição às formas inconstitucionais, ditatoriais e extorsivas do presidente, mas sem questionar as reformas que ele busca.

Vários setores burgueses e pequeno-burgueses estão trabalhando com a ideia de unificar a oposição em uma frente anti-Milei, como antes se lançou uma frente anti-Macri e muito antes e uma frente anti-Menem, com um programa mínimo destinado a amortecer as contradições, sem questionar o programa geral da burguesia. Centra-se na redução dos aumentos de preços, melhoria das aposentadorias, alguma recomposição salarial, defesa de algumas empresas públicas, rejeição dos métodos ditatoriais de Milei e restabelecimento de algumas políticas estatais. São políticas que já falharam e que se baseiam na ideia de nos libertar do “mal pior”.

## A disposição das massas para lutar

Ao contrário de toda a oposição burguesa, as massas saíram às ruas desde o primeiro dia. A vontade de resistir, de se organizar, de lutar e de derrotar essa política aparece o tempo todo. O protocolo repressivo já foi quebrado inúmeras vezes. A repressão quase não consegue intimidar o movimento popular que irrompe.

Os funcionários públicos mostraram que estão resistindo à investida do governo, também os trabalhadores da educação, os metalúrgicos anunciaram que sua luta por salários e em defesa dos empregos está se aprofundando, a UTA (União dos Transportadores Automotores) anunciou novas medidas de força em defesa dos salários, o que também vale para os caminhoneiros. Os movimentos dos desempregados fizeram mobilizações extraordinárias, assim como os setores da cultura e tantos outros setores.

**As lutas em curso devem ser centralizadas numa greve ativa da CGT e das CTAs** que deve ser organizada a partir de agora, promovendo assembleias nos locais de trabalho e nas escolas, nos bairros, em toda parte.



Debatendo como prosseguir o plano de lutas e qual é a plataforma de reivindicações.

É claro que rejeitamos o DNU e a nova lei que Milei enviou ao Congresso, também rejeitamos o decreto da reforma das aposentadorias, e exigimos a reintegração de todos os demitidos, a anulação dos atuais aumentos tarifários, um reajuste imediato de 100% nos salários e aposentadorias e rejeitamos o programa do FMI que é o coração do programa de Milei, cumprindo as exigências do FMI e dos credores externos, e pagando a dívida fraudulenta.

## O problema dos problemas é de direção

A referência que faz falta é a classe operária, como classe, com sua organização, com seus métodos de luta e, sobretudo, com sua perspectiva política.

Não há que buscá-lo nos partidos patronais que se mostraram incapazes e impotentes para resolver os problemas.

A classe operária deve dirigir todos os oprimidos e, para isso, independizar-se politicamente, quebrar todas as ilusões nos partidos que

defendem a ordem capitalista, assumir que é a única força social que pode resolver as principais tarefas nacionais e democráticas, libertando-se e libertando todos os oprimidos. Não há revolução possível sem a aliança da classe operária com a maioria oprimida, e por isso é tão importante estruturar uma frente única anti-imperialista, com essa perspectiva. Na verdade, as frentes e unidades que estão sendo propostas hoje são para tentar evitar esse amadurecimento político que as massas precisam.

## Qual é a saída

Não é através de eleições, não é no Congresso, não é através da realização de uma Assembleia Constituinte. O capitalismo não pode ser reformado. O levante da nação oprimida deve constituir um governo operário e camponês, da maioria oprimida, que conquistará a democracia pela primeira vez, governando através de suas próprias organizações construídas na luta.

*(Extraído do Jornal Massas 454, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

## Argentina

# Mobilização histórica neste 24 de março

## Sobre o documento do Encontro Memória, Verdade e Justiça

É um bom documento político. Define que o terrorismo começou antes do golpe, sob o governo do Partido Justicialista. Que os sucessivos governos buscaram a impunidade. Destaca o papel das lutas para evitá-lo e reabrir os julgamentos.

Apela ao Estado para que abra todos os arquivos da repressão e também à Igreja Católica. Reivindica restituir a identidade a 300 crianças sequestradas. Pede para acelerar e unificar os processos de lesa-humanidade. Exige prisão comum, perpétua e efetiva para os condenados. Desmantelamento de todo o aparato repressivo. Contra a repressão. Pela derrubada do protocolo, pelo arquivamento de todos os processos por se ter lutado.

Diz: “Ajuste e repressão sempre andam juntas. A ditadura foi bancada pelo imperialismo, pelo FMI e pelas corporações, pela burguesia local e pela cúpula da Igreja. O golpe militar esmagou o ascenso das lutas operárias e populares para estabelecer um modelo de maior exploração e dependência. A ditadura multiplicou a dívida externa por sete vezes. E estatizou a dívida privada dos mesmos tubarões que continuam a ser favorecidos, como a Techint, Ledesma, Molinos, Mercedes Benz e outras. Como disse Rodolfo Walsh em sua Carta Aberta à Junta Militar: ‘Na política econômica desse governo, devemos buscar não apenas a explicação de seus crimes, mas uma atrocidade maior que castiga milhões de seres humanos com a miséria planejada’”.

“Todos os governos subsequentes pagaram essa dívida ilegal com privatizações, ajustes e entrega...”

“A Frente de Todos disse que era diferente, mas ratificou essa fraude no Congresso, continuou pagando e aceitou o monitoramento do FMI.” Poderia ser mais preciso: o Congresso ratificou esse embuste com a cumplicidade da Frente de Todos.

Critica a responsabilidade política dos governos do Partido Justicialista que “banalizaram os direitos humanos (...) e acabaram abrindo a porta para Milei.”

Reivindica corretamente: “Não pagar. Dinheiro para necessidades sociais. Fora o FMI, os fundos abutres e outros agiotas internacionais.”

Descreve o ataque de Milei às condições de vida e de trabalho, o avanço contra as liberdades democráticas, sua negação dos “direitos dos povos originários”, e denuncia que “quer uma reforma política totalitária”, “estão tentando mudar esta já limitada democracia capitalista para um regime político muito mais autoritário”.

Caracteriza o governo como antinacional: “Milei nega direitos soberanos. Seu Pacto de Maio é mais submissão e miséria planejada. É subserviente aos Estados Unidos, a Israel e às corporações; busca estrangeirizar as terras, incentiva afastamentos e demissões na estatal Aerolíneas Argentinas e GPS, compartilha exercícios militares com o imperialismo ianque e renega nossa soberania nas Malvinas (...)” Coloca os governadores junto a Milei a aprofundarem o extrativismo, e denuncia sua cumplicidade com a política nacional de ajuste. Exige que as centrais sindicais “estabeleçam uma data para uma greve geral nacional ativa e um plano de luta até que o DNU e todo o plano de Milei sejam derrotados, que já não aguentamos”. “Devemos nos unir em uma greve geral e um plano de luta!” Esta política é a resposta apropriada para derrotar a política de Milei.

No entanto, a CGT e as centrais reuniram-se poucas horas antes a alguns quarteirões de distância. Entendemos que esse era o momento para exigir que marcassem uma data para a greve, distribuindo o documento “Encontro Memória, Verdade e Justiça” entre os presentes, para tornar a reivindicação eficaz, polemizar com as suas posições conciliatórias e impedir que fizessem demagogia. Centenas de milhares fizeram parte dessa convocatória.

O documento não faz referência ao papel antinacional do Congresso e do Judiciário, nos quais não se devem alentar ilusões, assim como nas eleições. Tampouco faz referência à tarefa de expropriar as grandes corporações que ordenaram e se beneficiaram da ditadura e estão por trás de Milei.

Coloca-se no terreno confuso quando pede “fora as tropas russas da Ucrânia, fora a Otan do Leste Europeu”, sem sequer mencionar o papel miserável do governo ucraniano, totalmente subserviente ao imperialismo, que organizou a guerra civil contra o leste da Ucrânia. A Rússia deve ser defendida contra a ofensiva

explícita dos EUA e da Otan, o que não significa apoio a Putin. E o documento termina com uma bandeira estratégica que é muito importante: “vamos pela libertação nacional e social, com um governo das e dos trabalhadores, pela revolução e pelo socialismo”, embora com a ambiguidade de falar dos trabalhadores genericamente e não da classe operária. A classe operária chegará ao poder em aliança com a maioria oprimida.

É um documento valioso porque foi assinado por organizações de direitos humanos, partidos políticos, sindicatos, piqueteras e outros movimentos de luta, e essas posições são mais politizadas e radicais do que as defendidas diariamente pela maioria dessas organizações.

Este dia 24 de março foi especial, fez parte da luta contra este governo Milei e pela primeira vez a CGT convocou a manifestação. A tática deve ser sempre ajustada à estratégia política. Quando uma tática não corresponde ao propósito declarado, é necessário analisar o porquê. Não basta declarar-se independente e, ao mesmo tempo, renunciar a lutar no momento e no terreno que se apresenta com a presença de centenas de milhares de trabalhadores e jovens.

*(Extraído do Jornal Massas 454, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

## Argentina

# 48 anos do golpe genocida

## Extraordinária mobilização em 24 de março



O povo respondeu nas ruas, em todo o país, às provocações e às ações de terrorismo de Estado feitas por Milei e seu governo. Realizou-se a maior mobilização em um aniversário do golpe que coincidiu com os primeiros 100 dias de Milei. Em Buenos Aires começou com a vigília de alguns setores desde a noite anterior e pela manhã. A praça e arredores estavam cheias. Ao meio-dia, parecia uma única coluna que chegava até o Congresso, as diagonais e as ruas laterais estavam cheias. Em todo o país, as mobilizações foram massivas. A imprensa não teve como esconder.

A CGT, pela primeira vez, participou organicamente da convocação e publicou a petição “Nunca mais miséria planejada”. Em setembro de 1985, Saúl Ubaldini, secretário-geral da CGT, acompanhou uma mobilização de organizações de direitos humanos, mas a título pessoal.

A coluna dos sindicatos entrou na Praça de Maio através da Diagonal Sul. A enorme faixa da Juventude Sindical CGT, liderada por Sebastián Maturano (A Fraternalidade), dizia: “Eles não nos derrotarão. Trabalhadores detidos e desaparecidos do movimento operário”.

Esta mobilização foi objetivamente parte da luta contra Milei e sua política. Fez parte das mobilizações de dezembro, da greve de 24 de janeiro, das passeatas do Dia da Mulher Trabalhadora. Esta comemoração teve esse significado particular e foi entendida como tal por aqueles que participaram. Foi uma resposta a um governo que defende a ditadura, que busca restabelecer a teoria dos dois demônios e reivindicar o terrorismo de Estado.

Não polemizamos com o governo. Temos a obrigação de defender a verdade histórica e ajudar as massas a manter viva a memória da pior tragédia da história, principalmente para transmitir toda essa história aos mais jovens, mostrando seu caráter de classe.

Foi um golpe ordenado e organizado pelo grande capital e pelo imperialismo para impor seus planos econômicos. A cúpula das Forças Armadas, como antes em 1966, 1955 ou em 1930, agiu a serviço desses interesses antioperários e antinacionais.

O governo divulgou um vídeo: “Dia da Memória pela Verdade e Justiça Completa”, uma verdadeira provocação como as que se realiza diariamente em todos os campos. Como a ditadura, diz que os crimes contra a humanidade foram simplesmente “excessos” das Forças Armadas e não um plano sistemático de sequestro, tortura e desaparecimento. Fala de uma guerra para tentar justificar os crimes da ditadura. Desde o Julgamento das Juntas, houve 321 sentenças que disseram que não se tratava de uma guerra, mas de um plano de extermínio, (dito pela própria justiça burguesa).

Questiona uma e outra vez o número de pessoas desaparecidas. Numa publicação no jornal espanhol El País, em 24 de janeiro de 1978, já se falava do número de 30 mil desaparecidos na Argentina. Naquela época, a ditadura havia informado aos EUA que havia mais de 22 mil.

Há uma continuidade do governo da ditadura civil de Milei com essa ditadura, são os mesmos interesses, daí a exigência explícita da pior repressão.

*Não esquecemos, não perdoamos, não nos reconciliamos.*

**30.000 companheiros detidos-desaparecidos presentes! Vamos superar!**

*(Extraído do Jornal Massas 454, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)*

LANÇAMENTO
\$2.500

Adquira já  
com o  
distribuidor  
do Massas

R\$ 20,00

Partido Obrero Revolucionario

EL GOLPE FASCISTA  
Y LA INVIABILIDAD DE LA  
VÍA PACÍFICA AL SOCIALISMO

EDICIONES MASAS-CERQUI



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS  
**MASSAS**

Órgão do Partido  
Operário Revolucionário

(11) 95446-2020

Nº 15 - 16/4/2024



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

# Irã reage ao atentado terrorista de Israel contra sua embaixada na Síria

## Mais um sinal de que a guerra desfechada contra os palestinos da Faixa de Gaza foi calculada para envolver o Oriente Médio Os Estados Unidos e sua aliança imperialista são os grandes responsáveis pela escalada militar

O Estado sionista e o governo de unidade nacional sob a chefia de Benjamin Netanyahu responderam à operação militar do Hamas de 7 de outubro, não como uma resposta e demonstração de seu poderio militar, e assim vingar a morte de cerca de 1200 judeus, mas com o objetivo de anexar a Faixa de Gaza e fortalecer a colonização da Cisjordânia. Essa não é a primeira tentativa. A resistência palestina impossibilitou que o Estado sionista tomasse conta por completo do território rebelde. Em contrapartida, o governo israelense armou um grande cerco fronteiriço e passou a sufocar economicamente a Faixa de Gaza.

A invasão de Israel pelo Hamas resultou de uma situação sufocante imposta à Faixa de Gaza e de uma investida de implantação do colonato judeu na Cisjordânia sob os olhos da impotente Autoridade Palestina. Desta vez, o governo de Netanyahu planejou a intervenção militar para longa duração, sob a meta de varrer o Hamas a qualquer custo. Apoiado no “direito à defesa”, sob a guarda dos Estados Unidos, o Estado sionista desfechou um processo de genocídio. À medida que avançava a marcha da destruição e aumentava a matança de civis completamente indefesos – maioria de crianças e mulheres –, e a população mundial se assombrava e protestava, o governo Netanyahu não mais conseguia ocultar o genocídio e seu plano expansionista. Os Estados Unidos, por sua vez, já não podiam evocar o “direito à defesa” e ocultar seus interesses hegemônicos no controle do Oriente Médio.

Os porta-aviões norte-americanos enviados ao Mediterrâneo cumpriram desde o início a função de garantir a Israel a demolição da Faixa de Gaza, aterrorizar a população, provocar deslocamentos, matar indistintamente e sufocar pela fome as famílias desabrigadas. O Hamas passou a ser caçado em cada recanto da Faixa de Gaza. Falta demolir Rafah, que ainda não foi intensamente bombardeada, porque a mortandade tem causado clamores, inclusive, entre governos e frações da burguesia mundial. O governo Biden, envolvido na disputa eleitoral com Trump, se viu obrigado a disfarçar e a ocultar sua responsabilidade pela facilidade como o governo israelense tem agido barbaramente.

Completaram-se seis meses de bombardeio cerrado e de ocupação militar da Faixa de Gaza, mais de 33 mil mortos, um número estrondoso de desaparecidos e de mutilados e uma multidão de famílias que corre de um lado a outro para receber uma

ração “humanitária”, que mal garante a existência. Os palestinos da Faixa de Gaza foram transformados em animais encurralados, não tendo para onde correr ou se esconder. Uma situação dramática como essa somente pôde e pode ser sustentada por meio de um aparato militar que ultrapassa em muito a capacidade de Israel, de uma enorme divisão dos povos árabes, dos antagonismos entre nações e de um longo processo de desestabilização do Oriente Médio. Sobre essa realidade convulsiva, que explode na forma de guerras, pesa a dominação dos Estados Unidos, conformada na Segunda Guerra Mundial e ampliada no período da “Guerra Fria”.

As guerras que se armaram entre Iraque e Irã; a guerra civil na Síria impulsionada pela internacionalização, as duas guerras de intervenção dos Estados Unidos no Iraque e a guerra da Arábia Saudita contra o Iêmen tiveram por antecedentes as guerras de 1948/1949, 1967 e 1973 do Estado sionista com países árabes.

Desde a Primeira Guerra que, suprimiu o Império Otomano, os povos do Oriente Médio vivem em intensos conflitos. Todas as situações de polarização que levaram às guerras estão condicionadas pelo imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos. Os alinhamentos em torno a Israel se foram arranjando por meio do poderio norte-americano. O esgotamento do nacionalismo pan-árabe dos anos de 1950 deu lugar a um maior estilhamento de interesses entre os próprios Estados árabes e entre esses e o Estado iraniano, que se tornou adversário de Israel e dos Estados Unidos a partir da Revolução nacionalista de janeiro de 1979.

A afirmação do regime nacionalista islâmico uniu parte significativa dos países árabes, que se submeteram à hegemonia dos Estados Unidos e à potenciação militar do Estado sionista. A utilização da desavença entre sunitas e xiitas pelo imperialismo se baseou nos poderes oligárquicos das frações da feudal-burguesia envolvidas nas riquezas petrolíferas e comerciais. O Irã xiita não teve outra via de defesa a não ser se aproximar e apoiar os movimentos islâmicos de fundo nacionalista e de caráter anti-imperialista defensivo. A intervenção militar dos Estados Unidos no Oriente Médio com a Guerra no Golfo e, em seguida, com a invasão do Iraque desequilibrou ainda mais as relações entre as oligarquias burguesas que se assentam nas velhas disputas entre xiitas e sunitas. É nesse marco que emergem os alinhamentos que servem ao imperialismo, de um lado, e ao nacionalismo de caráter anti-imperialista, de outro. A constituição do Estado sionista se

viabilizou com as partilhas do Oriente Médio resultantes das duas guerras mundiais. E sua implantação se realizou por meio da violência e guerras colonialistas, impulsionadas e amparadas pelos Estados Unidos e por sua aliança imperialista com as potências europeias.

O episódio isolado da operação militar do Hamas e da poderosa resposta do Estado de Israel não explicita o processo de décadas de embates entre as forças sionistas e palestinas-árabes. A irradiação do massacre na Faixa de Gaza e o objetivo do Estado sionista de avançar em sua marcha anexionista no território palestino, no entanto, põe à luz do dia a potenciação da crise no Oriente Médio, que há décadas vem acumulando contradições típicas do capitalismo esgotado e em decomposição. As próprias forças sociais e políticas internas em Israel, sob o manto do Estado sionista, caminharam no sentido de acabar de vez com a sombra da esperança de coexistência pacífica entre judeus e palestinos por meio da constituição de dois Estados, como formalmente a ONU concebeu a entrega da Palestina à burguesia e pequena-burguesia sionistas. A ultradireita triunfou marginalizando as forças de centro-direita que pretendiam uma anexação progressiva, mas negociada nos moldes dos Acordos de Oslo, de 1993. Um Estado palestino desarmado e subordinado aos ditames de Israel e do imperialismo significaria admitir a anexação pela via pacífica. Fracassou não apenas porque a oligarquia burguesa sionista viu riscos maiores do que vantagens, mas também porque a Palestina conflagrada fazia parte de um Oriente Médio convulsionado, sobretudo pela opressão nacional exercida pelo imperialismo norte-americano e aliados e pela resistência do nacionalismo árabe e iraniano. Não havia como cessar os choques do Irã, da Síria, do Líbano, do Iraque e do Iêmen com os Estados Unidos e com Israel. A guerra civil internacionalizada na Síria, que teve de ser constantemente negociada quanto aos seus limites, entre os Estados Unidos e Rússia, serviu de exemplo do que poderia vir a ocorrer em escala mais elevada no Oriente Médio.

Muito se discutiu sobre os riscos de se generalizar colocando frente a frente os Estados Unidos e a Rússia. A acomodação das forças mais poderosas que se sobrepuseram ao movimento islâmico nacionalista era visivelmente provisória. A reorganização do Iraque desmoronado pela intervenção norte-americana se deu no sentido de reduzir as tendências de generalização dos embates e fortalecer o alinhamento montado pelos Estados Unidos, tendo a Arábia Saudita e o Egito como seus principais pilares. Alinhamento que deveria e deve estar soldado à política do Estado sionista de ampliar seu domínio na Palestina e o cerco ao Líbano e à Síria.

O centro da aliança convergiu e converge para derrubar o regime nacionalista do Irã. O governo Obama procurou inviabilizar o programa nuclear iraniano por meio de um acordo que suspendia as sanções econômicas. Em seguida, Trump rompeu o acordo e recorreu ao cerco das sanções. Israel é o único Estado que detém armas nucleares, viabilizadas pelos Estados Unidos. Não poucas vezes, se discutiu publicamente a possibilidade de um ataque israelense ao programa nuclear do Irã. Chegou-se a assassinar com atos terroristas cientistas envolvidos no desenvolvimento da energia nuclear e a sabotar militarmente a infraestrutura das usinas.

Israel se prepara, desde o fim da ditadura pró-imperialista do xá Mohamed Reza Pahlevi, para derrubar o regime nacionalista do Irã. O que implica a possibilidade de uma guerra. Desde o início da intervenção das Forças de Segurança de Israel na Faixa de Gaza e o apoio dos Estados Unidos, esteve posta a possibilidade de ampliar a conflagração para o Oriente Médio. Esse foi o motivo principal de Biden enviar seus navios de guerra para a região. As respostas norte-americanas contra o apoio dos Houthis aos palestinos, atacando alvos selecionados no Iêmen e no Iraque, foram sinais de que não havia como isolar o genocídio na Faixa de

Gaza dos choques que já vinham estremecendo a região como um todo. As armas dos Estados Unidos apontadas para os adversários do Estado sionista contiveram a expansão da escalada militar. Mas, nem por isso evitaram a sua potenciação.

O Irã emergiu como alvo principal pelo lugar de destaque na crise do Oriente Médio. O seu protagonismo na guerra civil do Iêmen e a retomada de sua influência sobre o Iraque permitiram sustentar o apoio aos movimentos islâmicos que se contrapõem ao domínio de Israel sobre a Palestina e ao seu expansionismo. O atentado terrorista no Irã, reivindicado pelo Estado Islâmico, que causou a morte de mais de oitenta manifestantes, que celebravam a memória do general Qassin Soleimani, assassinado pelos Estados Unidos, é parte da confrontação de forças emanadas da guerra de Israel na Faixa de Gaza. Israel bombardeou locais no Líbano para assassinar líderes do Hamas. Em si, tal ação é uma declaração de guerra. O Hezbollah, assim que iniciou a intervenção de Israel contra os palestinos, se colocou em posição de combate. De forma que o Líbano esteve e está envolvido, ainda que limitadamente, na confrontação. Israel realizou o mesmo tipo de operação na Síria. A última e mais grave do ponto de vista do rompimento dos limites da guerra na Faixa de Gaza ocorreu em 1º de abril, com o bombardeio pelas forças israelenses à embaixada do Irã na Síria, assassinando importantes comandantes militares. Mais uma vez, o governo Netanyahu declarou guerra à Síria e ao Irã.

O governo iraniano se viu empurrado a dar uma resposta. A nuvem de drones e alguns mísseis disparados em direção a Israel não tiveram por objetivo atingir militarmente o inimigo. O Irã avisou que faria a demonstração de forma que Israel e a aliança imperialista dos Estados Unidos poderiam dissipar o ataque iraniano. A teatralização maravilhou o firmamento com uma chuva de drones se desintegrando como se fosse uma coreografia. No entanto, refletiu os riscos de a guerra na Faixa de Gaza se transformar em uma guerra com o Irã. Esse é o grande objetivo do Estado sionista.

O atentado em Damasco, Síria, à embaixada do Irã se deu em um momento de isolamento mundial de Israel e de grande polarização nas eleições norte-americanas. Foi claramente planejado para colocar Israel como vítima que tem o “direito à defesa”. E ajudar Biden a manter a justificativa de apoio a Israel, que desconheceu a decisão do Conselho de Segurança da ONU de cessar-fogo. O próximo passo depende do governo de Netanyahu. O Irã demonstrou que não quer a guerra. A aliança imperialista promoveu a condenação do Irã, como se não estivesse respondendo ao atentado terrorista de Israel em Damasco. Mas, cinicamente pediu moderação a Israel para que não escale a guerra, já potencialmente pronta para estourar no Oriente Médio. De fato, os Estados Unidos precisam acalmar a região, para se dedicar mais à guerra na Ucrânia e à guerra comercial com a China na Ásia. Há que assinalar que os Estados Unidos trabalham para fechar caminho à projeção da China no Oriente Médio.

Não há interesse do Irã ir à guerra com Israel e com a frente imperialista que o protege. O interesse se concentra em Israel, comandado por um governo voltado ao expansionismo. O problema está em que a explosividade no Oriente Médio, potenciada pelo genocídio na Faixa de Gaza, compõe o quadro geral da crise mundial, que se ampliou com a guerra na Ucrânia e a estratégia norte-americana de conter os avanços econômicos da China e, em particular, no Oriente Médio, e com eles a crescente influência da política chinesa em todo o mundo.

Não pode haver dúvida de que o Irã, Síria, Iraque e Líbano estão nos marcos dessa correlação de forças na condição de nações oprimidas que se veem mais e mais envolvidas na guerra expansionista de Israel contra o povo palestino. Arábia Saudita, Egito, Jordânia, Emirados Árabes são também semicolônias

oprimidas, mas servindo de vassalãs dos Estados Unidos e instrumentos de Israel. Os explorados sob a direção da política do proletariado estão diante da necessidade de levantar as trincheiras da frente única anti-imperialista que tomou suas primeiras formas com o movimento mundial das massas contra o Estado sionista de Israel e em defesa do povo palestino.

A possibilidade de um ataque israelense ao Irã está dada. E não será com a política burguesa e os métodos da guerra de Estado contra Estado que se derrotará o imperialismo e o sionismo colonialista. É com a política do proletariado e com os métodos da luta de classes que os explorados e os povos que sofrem a opressão nacional vão combater as forças do capitalismo imperialista e das oligarquias burguesas das semicolônias que servem ao grande capital internacional e comprometem a independência nacional.

Desde os sindicatos e movimentos, está colocada a tarefa de edificar a frente única anti-imperialista que levante e dirija as massas contra os novos passos militares que podem incendiar o Oriente Médio e impulsionar as tendências à guerra mundial que se manifestam na Ucrânia conflagrada e na Ásia Oriental marcada pela escada militar. A estratégia programática diante da guerra na

Faixa de Gaza e das forças que gestam confrontações em toda a região é a da autodeterminação das nações oprimidas, fim de toda opressão nacional, por uma Palestina unida sob uma República Socialista, pela expulsão dos Estados Unidos e de sua aliança imperialista e pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

É por esse caminho que o proletariado superará sua crise de direção, construindo os partidos marxista-leninista-trotskistas e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**Pelo fim imediato da guerra do Estado sionista contra os palestinos!**

**Pela autodeterminação do povo palestino!**

**Apoio às nações oprimidas que reagem à opressão imperialista e ao expansionismo sionista!**

**Organizar frente única anti-imperialista, sob o programa e a direção da classe operária.**

**Viva o internacionalismo proletário! Toda força à luta para derrotar o imperialismo!**

16 de abril de 2024

São Paulo

## Manifestação contra o genocídio na Palestina

No dia 14 de abril, a frente Palestina realizou uma manifestação na avenida Paulista contra o genocídio que o Estado Sionista de Israel vem realizando na Faixa de Gaza. Momento em que o Irã acabara de realizar ataques em Israel em retaliação ao bombardeio e assassinato de lideranças iranianas na embaixada iraniana na Síria, o que tem apontado a possibilidade da guerra escalar e transbordar no Oriente Médio.

O POR esteve presente na manifestação com bandeiras, faixas e seu manifesto de 6 meses de guerra na faixa de Gaza. Diante da baixa quantidade de manifestantes, o que vem se repetindo desde atos anteriores organizados pela frente Palestina, ressaltou a necessidade premente de que os sindicatos, centrais e movimento populares façam uma campanha contra o genocídio perpetrado pelo Estado Sionista, avalizado e financiado pelo imperialismo estadunidense, e que mobilizem a classe operária e demais explorados para as manifestações de rua em solidariedade ao povo palestino, como expressão do internacionalismo proletário.

É importante combater o cinismo de Netanyahu, que convocou o Conselho de Segurança da ONU para responder ao ataque do Irã, como se este não fosse uma resposta ao prévio ataque sionista. Não devemos condenar a retaliação do Irã, nem nos iludir de que o Estado iraniano tem força militar para combater a máquina de guerra israelense apoiada pelos EUA. Nossa resposta deve ser no campo da independência de classe, dos métodos próprios de luta do proletariado internacional. Defendemos a nação oprimida diante do ataque imperialista, realizado pelo seu enclave no Orien-

te Médio, o Estado de Israel. Mais do que isso, é preciso levantar uma frente única anti-imperialista, unificando os explorados que se levantam em todo o mundo contra as guerras, para barrar a escalada bélica que vem cada dia mais se acirrando, mostrando que os EUA são os principais responsáveis pelas guerras de dominação em toda parte.

### Pronunciamento do POR

*Bom dia a todos que estão participando aqui dessa manifestação. Às pessoas que estão passando na rua. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário.*

*São seis meses de guerra, seis meses de massacre na Palestina. Mas esse massacre não começou há seis meses, começou há mais de 70 anos. As pessoas que estão passando aqui pela rua e tentando entender o que está acontecendo vão ver os jornais falando que no dia 7 de outubro o Hamas atacou Israel. Mas não vão ver nos jornais que esse massacre começou muito antes. Começou a mais de 70 anos, quando o capital financeiro, quando os sionistas, apoiados pelos Estados Unidos, e antes apoiados pela Inglaterra, começaram uma ocupação e iniciaram a expulsão dos palestinos da sua terra e implantaram um Estado. Um Estado fictício, um Estado artificial, porque é um Estado que foi colocado de fora para dentro na época do imperialismo. O imperialismo é uma época em que não se pode mais criar Estados, a não ser através da forma colonial, da forma opressiva, que é o que foi feito com a criação de Israel.*

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA  
UCRÂNIA**

Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

**PALESTINA**  
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E  
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e  
resposta do  
internacionalismo  
proletário

R\$ 40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



*Agora, estamos entrando numa fase decisiva da guerra. E por que uma fase decisiva? Porque Israel atacou o Líbano, Israel atacou a Síria, Israel atacou o Irã e Israel destrói a Palestina. E além disso, dentro do território de Gaza, Israel atacou uma ONG humanitária, matou jornalistas. São 34 mil mortos na Palestina, sendo 22 mil de mulheres e crianças. Esse é o cenário de barbárie que estamos vivendo. É diante desse situação que nós temos de dar uma resposta. Não aquilo que a mídia fala, que aparece na Globo. É aquilo que a realidade mostra: que estamos diante de um dos maiores massacres que já aconteceu na história. Por isso, nós dizemos que estamos numa nova fase, decisiva.*

*Ontem o Irã atacou Israel. E isso é uma resposta importante. Mas não é uma resposta suficiente, porque o Irã não tem condições de derrotar Israel, que é uma máquina de guerra. Mas mais importante do que isso: Israel é uma máquina de guerra apoiada e financiada pelos Estados Unidos. Esses são os carneiros do mundo. Porque são eles que apoiam e financiam todas as guerras de dominação. A guerra de dominação que está acontecendo na Ucrânia é responsabilidade dos Estados Unidos. A guerra na Faixa de Gaza é responsabilidade dos Estados Unidos. Se os Estados Unidos são os maiores bárbaros do mundo, é contra eles que tem que direcionar a nossa resposta. E como que a gente dá uma resposta, camaradas? Constituindo uma Frente Única Anti-imperialista.*

*Nós estamos aqui diante de muitas organizações de esquerda. E as organizações de esquerda perderam muito do seu histórico de luta. Precisam retomá-lo. Precisam usar os métodos da luta de classe, que é a greve, a ocupação, a mobilização massiva. E não é a pressão sobre o governo, acreditando que as instituições da burguesia vão resolver. A ONU, o Tribunal de Haia e nem o governo Lula vão resolver. O que resolve são as massas nas ruas com a sua mobilização massiva e com os seus métodos próprios. Essa é a política proletária. Por isso, vamos transformar esse movimento. Aproveitar esse momento novo, essa fase decisiva, para mobilizar mais, para colocar centenas, milhares nas ruas.*

*O Brasil tem uma importância. E quem acha que está aqui no Brasil, muito longe de Israel, muito longe da Palestina, e por isso não tem importância está errado. O Brasil tem muita importância. Temos de mobilizar as massas aqui, pois será uma forma de impulsionar a luta em toda a*

*América Latina, que ainda está dormindo. Não temos mobilizações massivas na América Latina, na Argentina, no Chile, na Bolívia, no Equador, em todos os países. Por quê? Porque as direções políticas ainda estão muito retraídas, só estão nas palavras apoiando a luta do povo palestino. Mas precisam passar das palavras para a prática.*

*Vamos olhar para as bandeiras que estão aqui nessa manifestação. Quantas bandeiras de sindicatos vocês estão vendo aqui? Cadê os sindicatos? Cadê a organização de massa dos trabalhadores? Cadê os movimentos populares? Esses movimentos precisam estar na rua! É um domingo, não há desculpa para os sindicatos não estarem aqui na luta.*

*Por isso, camaradas, nós do POR defendemos que temos de massificar os atos, impulsionar essa luta. No final de semana que vem temos de estar na rua de novo. Porém, nessa próxima vez com os sindicatos chamando as assembleias, trazendo os operários e os demais trabalhadores para a rua. Porque é assim que a gente vai mostrar a nossa resposta. Não é a organização da burguesia que vai resolver. É a organização própria dos trabalhadores com seus métodos próprios de luta, que são os métodos da luta de classe.*

*É assim que vamos dar uma resposta política e classista para o problema da Palestina.*

**Viva a luta do povo palestino!**

**Pela autodeterminação do povo palestino! Viva!**



## Defesa do POR e do CERQUI, frente à campanha de mentiras e calúnias do PPRI

Durante o ato em defesa do povo Palestino, realizado no dia 14 de abril, na Paulista, um ex-militante do POR - junto a outros que romperam com partido e formaram o PPRI - se aproximou de um militante do POR e perguntou se estava tudo bem. Tentando cumprimentá-lo como se fossem amigos e colocando a mão em seu ombro. O militante do POR pediu para que tirasse a mão de seu ombro e respondeu que “não estava nada bem”, porque ele e o PPRI estavam fazendo uma campanha de difamação contra o POR, valendo-se de mentiras. O militante então perguntou qual era a mentira. O militante do POR então respondeu: vocês mentem quando, por exemplo, dizem que foram expulsos do POR. A verdade é que apenas dois militantes da fração liquidacionista foram expulsos por terem violado a disciplina partidária e o centralismo democrático; dias depois, a fração informou que estava rompendo com o POR.

Por isso, o militante do POR informou ao membro do PPRI, que não podemos manter relação de amizade com aqueles que mentem, e difamam, usando essa arma para combater POR.

O referido militante então se afastou, reafirmando a mentira de que “haviám sidos expulsos”. Logo em seguida, se aproximou uma outra militante, tentando cumprimentá-lo, toda alegre, perguntando se “estava tudo bem”. O camarada mais uma vez informou que não “estava nada bem”, porque vocês estão fazendo uma campanha de difamação do POR, mentindo ao dizer que foram expulsos. A militante então falou “mas eu fui expulsa”. O militante do POR respondeu, você e outro foram expulsos porque quebraram o centralismo democrático. A militante então falou “foi um

acerto mesmo nós termos saído, vocês que ficaram estão apoiando uma burocracia e mais, o POR está junto com o Cláudio Fonseca contra a greve”. Eis mais uma das difamações que a autodenominada fração, que rompeu com o programa do POR, vem promovendo. A Declaração “Em Defesa do Partido Operário Revolucionário (POR)”, publicada no jornal Massas 682, expõe com absoluta clareza que a dita fração decidiu por conta própria romper com o partido.

Esse é um episódio que em si parece sem sentido. Somente decidimos relatar porque é uma demonstração de como o chamado PPRI usa do expediente da amizade, com ares de camaradagem, para encontrar uma fresta de penetração de sua sórdida campanha de que foram expulsos. O pequeno grupo que desertou do POR resolveu fundar um partido sem programa. Ou então não publicaram o resultado de um Congresso de fundação do PPRI. O que mostra que não aprenderam nada da história de formação do Partido Operário Revolucionário (POR).

A ruptura completamente artificial e desnecessária da autodenominada fração com o POR e CERQUI expressa o subjetivismo aventureiro. Sua função é a de combater o POR, sendo essa a única forma de garantir sua existência. Eis por que não é estranha a atitude política de dar tapinha com a mão esquerda no ombro deste ou aquele porista para se aproximar, sendo que em sua mão direita esconde as farpas. Nossa reação no Ato da Palestina foi de rechaço a essa atitude veludosa que não condiz com a militância marxista-leninista-trotskista.

São Paulo - Curso de formação política

## **Palestina - raízes históricas da colonização sionista 60 anos do golpe militar de 64**

No dia 7 de abril, coincidentemente o dia em que completava 6 meses do massacre sionista na Faixa de Gaza, o Partido Operário Revolucionário realizou seu curso regular de formação, com caráter de ato político, para estudar e discutir o problema da guerra desfechada por Israel, apoiado pelos EUA, contra os palestinos. E os 60 anos do golpe militar no Brasil.

A formação contou com diversos simpatizantes, além dos militantes poristas. Foram discutidos três textos: a introdução de 2014, que consta em nosso livro “Palestina - guerra na Faixa de Gaza e genocídio do povo palestino”; e os Manifestos do POR de 4 meses e o de 6 meses da guerra.

Depois de uma breve apresentação, apresentando o livro e seus principais temas, além de uma breve exposição sobre os últimos acontecimentos do conflito, os participantes se reuniram em grupos para estudar os documentos. Em seguida, houve a plenária com a apresentação das conclusões dos grupos. De forma geral, a discussão nos grupos foi muito rica, seja com as dúvidas levantadas principalmente pelos simpatizantes, seja pela contribuição dos militantes.

Os grupos que estudaram o documento de 2014, introdução do folheto elaborado pelo partido naquela época, apresentaram os seguintes pontos: 1) o papel fundamental desempenhado pelo capital financeiro e o imperialismo britânico na edificação das bases de um Estado judeu, de caráter sionista; 2) a ação do imperialismo norte-americano na criação do Estado de Israel; 3) a criação de Israel como parte da partilha do mundo após a Segunda Guerra Mundial; 4) a posição de Stalin em favor da decisão do imperialismo de criar o Estado sionista na região da Palestina; 5) a farsa montada pela ONU dos dois Estados; 6) a defesa da República socialista na Palestina, como única forma de unir os judeus e palestinos.

Os grupos responsáveis pelo estudo dos Manifestos além de apresentarem os elementos históricos que fundamentam a posição proletária levantada pelo POR no conflito atual expuseram o programa de defesa da autodeterminação da nação oprimida. Mostraram a resposta à campanha burguesa de condenação ao Hamas

pela invasão no dia 7 de outubro em Israel. E o combate à farsa dos dois Estados, amplamente defendida pelo PT e correntes aliadas. Assinalaram a importância da constituição de uma frente única anti-imperialista para combater a guerra de dominação desfechada pelos Estados Unidos e Israel. E por fim retomaram o programa da República Socialista da Palestina, que será fruto da revolução social.

Como parte do encerramento da formação política, houve uma explicação de que a guerra na Faixa de Gaza já atravessou diferentes momentos desde o 7 de outubro do ano passado. O que implicou ao partido respostas pontuais aos problemas colocados. Basta acompanhar os diferentes Manifestos lançados e, agora, reunidos no livro sobre a Palestina. Em todos eles, o POR foi tomando os acontecimentos da guerra e explicando a justeza do programa da República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. O que necessariamente foi se chocando com as posições do reformismo e das direções sindicais de criação dos dois Estados. E mostrando a crise de direção política do proletariado mundial, bem como a tarefa da vanguarda de reconstruir a IV Internacional. O momento em que se aguça a escalada militar em todo o mundo, mais urgente se coloca essa tarefa para os revolucionários.

Por fim, um camarada fez uma colocação sobre os 60 anos do golpe militar no Brasil, destacando que o elemento que marcou essa data foi a capitulação do governo Lula diante dos militares e das forças burguesas mais reacionárias, decretando o silêncio do governo diante desta data tão importante para a luta dos trabalhadores brasileiros. Tal capitulação está de acordo com a política desenvolvida por esse governo desde sua eleição, quando se mostrou e se mostra subordinado e entrelaçado com as oligarquias e com a burguesia imperialista, o que pode ser verificado na não revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, além da aplicação de novas medidas de ataque às condições de vida das massas.

O curso de formação política se encerrou com os participantes de pé dando um viva ao povo palestino e fim às guerras de dominação imperialista.

São Paulo

### **Reunião da Frente Palestina de 20 de abril**

Aconteceu neste dia 20 de abril uma reunião da Frente Palestina São Paulo. Foi uma reunião decidida semanas antes com o caráter de balanço da atuação da Frente.

Foram dados diversos informes sobre o conflito na Palestina e sobre as ações que devem ocorrer nas próximas semanas. A mais importante delas, o ato amplo que será realizado no dia 15 de maio, data que se relembra a Nakba, a catástrofe palestina. Na próxima segunda (22), uma reunião conjunta com MST e outras organizações fará a preparação desse ato

O POR levantou duas questões que depois foram amplamente debatidas pelas diversas correntes. A primeira, a necessidade de se levantar uma frente única anti-imperialista, a partir dos sindicatos, como forma de responder não só aos ataques diretos promovidos pelos sionistas, mas principalmente levantar uma luta contra os financiadores e sustentadores de Israel, promotores das guerras de dominação, além de responsáveis pelo estrangulamento dos países semicoloniais no mundo todo, os Estados Unidos.

A segunda, a ausência dos sindicatos e movimentos sociais na Frente Palestina e nos atos. Existem, formalmente, alguns sindicatos e centrais (CSP-Conlutas e CUT) que participam da Frente. Dizemos ‘formalmente’ porque não se viu até este momento ações decisivas das direções sindicais para organizar os trabalhadores, chamar assembleias, discutir com os operários formas concretas de apoiar a luta do povo palestino. O POR denuncia essa ausência em todas as oportunidades e defende que a Frente como um todo incorpore política como forma de massificar os atos no Brasil.

Foi aprovada nesta reunião a criação de um grupo de trabalho sobre o problema da participação sindical na Frente. A reunião também aprovou algumas ações organizativas e a participação da Frente em todos os atos do 1º de Maio, chamando para a manifestação do dia 15.

## Memória eterna aos combates da Comuna de Paris

*“Paris dos operários, com sua comuna, será eternamente celebradas, como a gloriosa precursora de uma nova sociedade. Seus mártires têm seu santuário no imenso coração da classe operária. Quanto a seus exterminadores, a história já os acorrentou àquele eterno pelourinho, do qual as preces de seus padres de nada servirão par os redimir”. (Karl Marx- A guerra civil na França)*

*“A memória dos combatentes da Comuna é honrada, não apenas pelos operários franceses, mas também pelo proletariado de todo o mundo. Porque a Comuna lutou, não por qualquer tarefa local ou estreitamente nacional, mas pela libertação de toda a humanidade trabalhadoras, de todos os humilhados e ofendidos. A causa da Comuna é a causa da revolução social, a causa da total emancipação política e econômica dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial. Nesse sentido, ela é imortal”. (Lênin, À Memória da Comuna)*

# 153 anos da Comuna de Paris (18 de março a 28 de maio de 1871)

O Partido Operário Revolucionário (POR) saúda a Comuna de Paris, a primeira revolução proletária. No dia 1º de Maio de 2021, o POR publicou o livro “As lições da Comuna de Paris – março/maio de 1871”, como parte da campanha do partido pelos 150 anos da Comuna. Esse livro traz artigos e Manifestos dos 150 anos e dos 140 anos e documentos de Marx, Lênin e Trotsky.

Destacamos da apresentação do livro três colocações fundamentais: 1) o reconhecimento pelos marxistas do lugar da Comuna de Paris no desenvolvimento histórico do proletariado, como a única classe revolucionária voltada a sepultar o capitalismo; 2) o papel de Marx na revelação das leis políticas e dos métodos organizativos, a partir da prática concreta das massas em luta, destacando a importância de constituir a vanguarda organizada em partido político; 3) a experiência da Comuna levada a cabo por Lênin e Trotsky na edificação da vitoriosa revolução proletária de Outubro de 1917, na Rússia, que teve em comum o caráter proletário da insurreição contra a burguesia.

No Manifesto dos 150 anos da Comuna de Paris, o POR assina a que não se pode reivindicar as suas lições separando-as das revoluções e contrarrevoluções. Não se pode homenagear a Comuna sem apontar o retrocesso histórico que vive hoje o proletariado

mundial com a dissolução da III Internacional e da URSS, por obra da política revisionista sobre o internacionalismo proletário colocada em prática pelo estalinismo e seus seguidores. Eis uma de suas passagens: “Ao retroagir a propriedade social dos meios de produção na ex-URSS, no Leste Europeu, na China e em Cuba, interrompeu-se a transição do capitalismo ao socialismo”.

Assim, para os revolucionários, que enfrentam hoje uma profunda crise de direção do proletariado mundial, trazer à tona a rica experiência da Comuna de Paris significa trabalhar com afinco pela construção e fortalecimento do partido-programa e pela reconstrução da IV Internacional. Significa trabalhar para retomar o elo interrompido da transição do capitalismo ao socialismo, que só pode se dar por meio da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

O POR ao prestar homenagem aos milhares de combatentes da Comuna, que foram esmagados pela contrarrevolução, objetiva colocar para a vanguarda a tarefa de organizar a classe operária brasileira como classe consciente. Para isso, é de grande importância assimilar as experiências da luta de classes internacional, erros e acertos, visando pôr em pé o partido da revolução proletária, que é em sua essência internacional.



Trotsky

## 32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

*No Jornal Massas 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No Jornal Massas 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No Massas 707, tratamos do Tomo 1, vol. 4. No Massas 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No Jornal Massas, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”. No Jornal Massas 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No Jornal Massas 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”. Agora, dedicaremos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”.*

Antes de apresentar o documento “A natureza de classe do Estado soviético”, que é o mais importante do Tomo V, faremos algumas referências de documentos anteriores.

Trotsky redigiu em agosto de 1933 a “Declaração da delegação bolchevique leninista à Conferência das organizações socialistas

e comunistas de esquerda”. A Oposição de Esquerda Internacional estava diante da ascensão do fascismo e do colapso da Segunda Internacional socialdemocrata e da Terceira Internacional estalinizada. Em particular, os erros da Terceira Internacional compareciam na falsa caracterização de que a Alemanha

estava diante do “socialfascismo”. Como tal a socialdemocracia e o fascismo eram irmão gêmeos, o que levou a Terceira Internacional a negar a frente única com a socialdemocracia no combate do proletariado ao nazifascismo.

Em resumo: “Dos partidos operários do país mais industrializado da Europa, que

contavam com 13 milhões de eleitores, os partidos Socialdemocrata e Comunista, capitularam sem combate diante do regime fascista. As duas Internacionais foram postas à prova e entraram em bancarrota”. É nesse marco de profunda crise do capitalismo mundial que, nessa Declaração Trotsky destaca que “o problema da URSS se reveste de excepcional importância para o movimento operário mundial e, portanto, para a correta orientação desta Conferência. Os bolcheviques leninistas consideram que a URSS ainda com suas características atuais é um Estado operário. Essa caracterização não implica alimentar ilusões nem embelezar a realidade”. (...) “A política da burocracia estalinista na URSS parte dos mesmos princípios que os da Comintern. A diferença não está nos métodos, mas nas condições objetivas. Na URSS, a burocracia se apoia nos fundamentos implantados pela revolução proletária, e, apesar de em uma década ter dilapidado o capital da Comintern, na URSS minou, mas não liquidou as bases do Estado socialista”.

Essa distinção era fundamental para justificar a constituição de uma nova Internacional sem cometer o erro de considerar que o Estado operário na URSS já estava acabado. Uma ala da esquerda que se encontrava no campo da oposição ao estalinismo errava terminantemente estabelecendo tal igualdade.

## A natureza de classe do Estado soviético

Esse documento, de outubro de 1933, evidencia as discussões internas na Oposição de Esquerda e a necessidade de um posicionamento absolutamente claro sobre a existência do Estado e da ditadura do proletariado. Neste momento, Trotsky trabalhava pela construção da IV Internacional. Os agrupamentos envolvidos em um processo tão decisivo como o de reconhecer a falência da III Internacional tinham de estar bem coesos quanto aos fundamentos programáticos. Distintamente da II e da III Internacional, a nova Internacional se impunha envolvendo a degeneração do Partido Comunista russo e a burocratização do Estado operário. O esclarecimento das divergências em torno à natureza de classe do Estado soviético se tornou um imperativo para definir a permanência na Oposição de Esquerda, que realizava uma revisão sobre a III Internacional estalinizada e marchava no sentido da IV Internacional.

Na introdução do documento “A natureza de classe do Estado soviético”, denominada “Como se coloca a questão”, Trotsky inicia com a seguinte formulação: “A ruptura com a Internacional Comunista e a orientação para uma nova Internacional colocaram novamente o problema do caráter social da URSS”. A questão a ser respondida era sobre se a liquidação programática da III Internacional pelo estalinismo não ocorria também com o Estado que se ergueu com a Revolução de Outubro. Embora as implicações destrutivas da obra revolucionária do proletariado fossem mútuas, havia diferenças que as separavam. Trotsky critica o mecanicismo da justa posição que as fundiam e as indiferenciavam. Mostra o erro de considerar que já havia ocorrido o colapso da Internacional Comunista e simultaneamente a liquidação da ditadura do proletariado na URSS. Havia que se observar o fenômeno em seu movimento objetivo. O “aparato estalinista perdeu totalmente seu sentido como fator revolucionário internacional e, no entanto, manteve parte de sua significação progressiva como guardião das conquistas sociais da revolução proletária”. Essa contradição exigia explicação.

Afirmava que o Estado operário havia sido substituído por um “capitalismo de Estado” do tipo “norte-americano, italiano ou alemão, que significava ignorar o problema social fundamental, isto é, o caráter da propriedade”.

Ao término da Conferência de Paris, em setembro de 1933, Trotsky redige: “A Conferência de Paris: um firme núcleo para uma nova Internacional”. E faz a seguinte consideração voltada contra o dirigente do Partido comunista alemão, que havia sido expulso em 1928, fundado o Leninbund que até 1930 tinha se aproximado da Oposição de Esquerda: “Urbans representou na Conferência o pouco que restava do Leninbund. Apesar de suas boas intenções, Urbans, se algo demonstrou, nestes últimos anos, é sua total incapacidade para o trabalho coletivo e para o pensamento sistemático. Basta apenas a sua ridícula teoria do ‘capitalismo de Estado’, que coloca no mesmo nível a URSS, Estados Unidos, Alemanha de Hitler e Itália de Mussolini, para excluir a possibilidade de trabalhar em comum na criação da nova Internacional”.

Esse erro de caracterização tinha como consequência a negativa em defender incondicionalmente a URSS diante do imperialismo e da contrarrevolução. A clareza com que se formulava a caracterização da URSS era necessária, inclusive, para lutar contra as distorções estalinistas que se guiavam pela tese

da possibilidade de construir o “socialismo em um só país” e contra as ilusões pacifistas.

Trotsky havia concluído na “Declaração da delegação bolchevique leninista à Conferência das organizações socialistas e comunistas de esquerda”: “Não se pode defender a URSS sem a luta revolucionária do proletariado mundial; não haverá luta revolucionária sem independência perante a burocracia e a diplomacia soviéticas. De outro lado, a crítica mais irreconciliável ao estalinismo não exclui, pelo contrário, exige uma frente única com a burocracia soviética contra os inimigos comuns”.

Essa formulação será retomada brevemente na “Declaração dos Quatro. Sobre a necessidade e os princípios de uma nova Internacional”, de agosto de 1933. Eis: “Por sua base de classe, por seus fundamentos sociais, pelas formas de propriedade que indiscutivelmente predomina, a Rússia continua sendo hoje um Estado operário, isto é, um instrumento para a construção da sociedade socialista” (...). “A defesa da União Soviética só terá êxito se se conseguir a total independência das organizações proletárias internacionais diante da burocracia soviética e se se desmascarar incansavelmente diante das massas trabalhadoras os falsos métodos que utiliza”.

A partir dela, Trotsky conclui que a burocracia estalinista ainda não tinha liquidado o Estado operário. Era preciso analisar os “períodos históricos concretos”. Aqueles que consideravam a questão já resolvida expunham erros de método, que os afastavam da análise marxista. Agarravam-se na possibilidade de uma queda do Estado operário de forma orgânica, gradual e pacífica. Tem muita importância na fundamentação de Trotsky a seguinte passagem: “A tese marxista referente ao caráter catastrófico da transferência do poder das mãos de uma classe as de outra não se aplica somente às épocas revolucionárias, nas quais a história avança varrendo loucamente com tudo, mas também às épocas contrarrevolucionárias, nas quais a sociedade retrocede. Aquele que afirma que o governo soviético foi mudando gradualmente de proletário em burguês não faz mais, por assim dizer, que projetar de trás para frente a película do reformismo”. Trotsky insiste na importância do método de análise marxista: “É preciso investigar profundamente o conteúdo material do próprio processo histórico”. Alerta que “um argumento metodológico não esgota o problema”. (...) “Os críticos que se consideram marxistas têm de demonstrar de que maneira a burguesia que perdeu o poder depois de uma luta de três anos pôde reassumi-lo sem travar uma só batalha”. Esse ponto de partida do documento “A natureza de classe do Estado soviético” se assenta na constatação de que não houve um movimento contrarrevolucionário que havia concluído na derrocada do Estado operário.

Os defensores da tese de que com a liquidação da III Internacional estalinizada também o Estado operário teria vindo abaixo se valem da explicação de capitalismo de Estado. A resposta de Trotsky se volta diretamente contra Urbans, que se referia a regime de “capitalismo de Estado”. Cometeria o absurdo de confundir a planificação de regimes corporativos como os implantados “Itália, Alemanha e Estados Unidos”. Nas palavras de Trotsky: “Na medida em que o Estado procura frear e disciplinar a anarquia capitalista, se pode chamar condicionalmente de ‘capitalismo de Estado’”. Se no passado o capitalismo de Estado teve algum papel progressivo, na época imperialista já não o tem. De forma que sua “economia planificada deve ser tida como uma expressão ‘completamente reacionária’”. Conclusão: “No atual capitalismo de Estado não prepara nem aplaina a tarefa futura do Estado socialista, ao contrário, cria colossais dificuldades”.

E as formulações de Lênin sobre o capitalismo de Estado, aplicadas nas condições do Estado operário soviético? Trotsky estava ciente de que os defensores da tese de que o Estado operário havia sido substituído pelo capitalismo de Estado tinha em mente a surpreendente explicação de Lênin sobre a composição e as relações sociais que estavam na base do novo regime. Eis a resposta de Trotsky: “É certo que Lênin aplicou o conceito ‘capitalismo de Estado’, mas não à economia soviética de conjunto e sim a um de seus setores: as concessões ao capital estrangeiro, às companhias industriais e comerciais mistas e, em parte, às cooperativas camponesas, fundamentalmente as dos camponeses ricos sob o controle estatal. Indiscutivelmente, todas essas medidas são elementos de capitalismo, mas como estão controlados pelo Estado, e inclusive, por sua participação direta, funcionam como companhias mistas, condicionalmente – ou, segundo sua própria expressão, entre aspas – Lênin denominou capitalismo de Estado a essas formas econômicas. O condicionamento deste conceito depende de que se trata de um Estado proletário, não de um Estado burguês como as aspas queriam acentuar esta importante diferença. No entanto, na medida em que o Estado proletário aceitava o capital privado e o permitia, com certas restrições, explorar os trabalhadores, objetivava determinadas relações burguesas, sob uma de suas alas. Nesse sentido estritamente limitado se pode falar de ‘capitalismo de Estado’”.

Trotsky assinala o contexto em que se aplicou a Nova Economia Política (NEP), que teve uma função transitória e breve. Isso para localizar a discussão e concluir: “Em geral, já não resta nada dessas empresas de ‘capitalismo de Estado’”. Uma definição final – “Para resumir: temos de entender por capitalismo de Estado, no estrito sentido da palavra, administração pelo Estado burguês, por conta própria de empresas industriais ou de outro tipo ou a intervenção ‘reguladora’ do Estado burguês no funcionamento das empresas capitalistas privadas. Lênin entendia por capitalismo de Estado, colocado entre aspas, o controle do Estado proletário sobre as empresas e relações capitalistas privadas. Nenhuma dessas definições de aplica, de nenhum ponto de vista, à atual economia soviética”.

Uma outra confusão dizia respeito à natureza da burocracia soviética. Chegava-se a confundi-la como uma nova classe social. Trotsky esclarece que toda burocracia responde a “uma classe dominante”. Enquanto essa classe permanecer no poder, também permanecerá a burocracia que lhe serve. A classe dominante se assenta nas relações de propriedade, de acordo com o modo de produção. Assim, distintamente, “a burocracia carece dessas características sociais. Não ocupa uma posição independente no processo de produção e distribuição”. (...) “suas funções se relacionam basicamente com a técnica política do domínio de classe.” (...) “Não seriam os evidentes privilégios da burocracia que mudariam as bases da sociedade soviética, porque não extrai seus privilégios de relações de propriedade especiais que lhe sejam peculiares como ‘classe’, mas sim das relações de propriedade criadas pela Revolução de Outubro, fundamentalmente adequadas à ditadura do proletariado”. De forma que confundir a burocracia como classe social conduzia a erros insanáveis.

No tópico “A ditadura sobre o proletariado” – mais um dos absurdos dos defensores de que o Estado capitalista já havia substituído o Estado operário -, Trotsky faz a seguinte consideração sobre o caráter da burocracia: “As terríveis dificuldades da construção socialista em um país isolado e atrasado, unidas à falsa política da direção – que em última instância também reflete a pressão do atraso e do isolamento – levaram a que a burocracia expropriasse politicamente o proletariado para proteger suas conquistas sociais com seus próprios métodos. As relações econômicas da sociedade determinam a sua anatomia. Enquanto as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro não sejam liquidadas o proletariado continuará sendo a classe dominante”.

Tendo exposto os erros de análise e destroçado as falsas conclusões das vozes que pretendiam fazer um revisionismo sobre a natureza de classe do Estado soviético, Trotsky passa do diagnóstico para o prognóstico, de forma que as divergências expressassem a situação

objetiva e as diretrizes revolucionárias. Era preciso colocar a questão no plano da dinâmica, e não da estática. Trotsky compreendia que “o progresso econômico e cultural das massas trabalhadoras teria de tender a socavar as bases da dominação burocrática”. Essa era a variante que elevaria a vanguarda revolucionária à condição de dirigente da luta contra o processo de burocratização do Estado soviético. A questão estaria em saber até que ponto “a burocracia atrasaria o desenvolvimento econômico e cultural do país”. A previsão de Trotsky era de que o “posterior crescimento desenfreado do burocratismo deveria levar inevitavelmente ao bloqueio do crescimento econômico e cultural, a uma terrível crise social e ao desmoronamento de toda a sociedade. Mas isso implicaria não somente a liquidação da ditadura do proletariado como também o fim da dominação burocrática. O Estado operário seria substituído por relações capitalistas, e não ‘social burocráticas’”.

A burocracia estalinista não era uma classe, mas poderia potencializar uma contrarrevolução e o surgimento de uma “nova classe dominante”. Para se evitar essa trajetória, era preciso que o “partido marxista estivesse no poder”. Se assim ocorresse, “renovaria todo o regime político, expurgaria a burocracia e a colocaria sob o controle das massas, transformaria as práticas administrativas e inauguraria uma série de reformas essenciais na administração econômica”. Nesse caso, não “teria de enfrentar uma mudança nas relações de propriedade, isto é, uma nova revolução social”. Nesta formulação, está implícita a distinção entre revolução política e revolução social. No entanto, tratava-se de uma hipótese pouco provável naquela situação em que a Oposição de Esquerda havia sido desmoronada por meio de medidas totalitárias. Os soviets e os sindicatos se encontravam sob o mais rígido controle burocrático. Esse conjunto de ações contrárias ao fortalecimento das organizações de massa havia produzido uma “atomização política do proletariado”. A situação indicava que um “choque social, externo ou interno, poderia precipitar uma guerra civil na atomizada sociedade soviética”. Estava estabelecido que a camarilha estalinista somente cederia o poder pela força, o que significava por meio de uma revolução. Já não era possível liquidar pacificamente a burocracia. Uma “verdadeira guerra civil não se colocaria entre a burocracia estalinista e o proletariado insurgente, mas entre o proletariado e as forças ativas da contrarrevolução”. Neste rol de considerações, Trotsky explicita que, embora não imediatamente, a burocracia estalinista levaria à restauração caso não fosse derrubada por uma revolução que constituísse uma nova direção no interior do Estado operário e que impedisse transformações nas relações de propriedade que resultariam na restauração capitalista.

Não era simples se chegar a uma avaliação que indicasse se “o perigo da liquidação do poder soviético, esgotado pelo burocratismo, estaria mais próximo, ou a consolidação do proletariado em torno a um novo partido capaz de salvar a herança de Outubro”. O fundamental consistia em que estava posta a tarefa de constituir o partido leninista no interior da URSS que levasse o proletariado a retomar o poder do Estado. Sem dúvida, esse era o problema dos problemas. Mas esse objetivo decorria da necessidade de formar a IV Internacional. A “libertação dos operários da influência corruptora da burocracia nacional” só seria possível “no caso de a vanguarda proletária internacional se levantar uma vez mais como força combatente na arena mundial”. Eis a premissa histórica: “A condição fundamental para a reforma a fundo do poder soviético é a expansão triunfante da revolução mundial”. Trotsky estava convicto de que a luta da Oposição de Esquerda voltada a pôr em pé a IV Internacional, no momento em que fosse possível mostrar ao proletariado russo, “nos fatos e não nas palavras”, o quanto era decisiva a “defesa do Estado operário”, certamente os bolcheviques leninistas se potencializariam.

O documento “A natureza de classe do Estado soviético” se constituiu em bases programáticas e orientação para se fundar a IV Internacional em setembro de 1938.

(As citações foram extraídas dos Escritos, Leon Trotsky, Tomo V, 1933-1934, vol. 1, pág. 154, Editorial Pluma)